

HABITAÇÕES A 11,6 MILHÕES KZ

Kora Angola inicia venda de casas

A empresa Kora Angola confirmou, ao VE, o início das vendas de moradias na centralidade do Kuito, num total de 2.684 unidades. E antecipa que, no primeiro trimestre de 2018, arrancam as vendas na centralidade do Kilomoso (Uige). **Pág. 18**



ALEGADAS RAZÕES TÉCNICAS

Refinaria de Luanda paralisada... Sonangol diz que unidade não parou

A Refinaria de Luanda terá ficado cerca de três meses paralisada, com as chaminés a lançarem fumo de forma intermitente, por “razões técnicas”, segundo apurou o VALOR de fontes da empresa. A petrolífera pública que tutela a unidade assegura, no entanto, que “não há qualquer cessação de produção na Refinaria de Luanda”. **Pág. 16**

ESTIMATIVAS ANUAIS

Angola perde 126 milhões USD com o garimpo de ouro

ENTREVISTA. Tanzânia e Dubai são dos principais destinos do ouro explorado ilegalmente em Angola. Presidente da Agência Reguladora do Mercado do Ouro calcula, em entrevista exclusiva, que perdas rondam as três toneladas ao ano. Moisés David chama de “absurdo” às facilidades legais que tornam “mais atractiva” a exploração do mineiro sem exploração. Quadro que pretende mudar ainda em 2017. **Págs. 4 a 6**



“Influências poderosas” na distribuição de divisas

As críticas ao BNA quanto à política de distribuição de divisas não cessam. O presidente da comissão executiva do Caixa Totta, Fernando Marques Pereira, diz que os bancos ficaram com “pouca liberdade”, ao passo que o presidente da ABANC, Amílcar Silva, declara que “influências poderosas” estão na origem do tratamento desigual às empresas. **Pág. 12**

Moedas AKZ USD 166,7 kz (+0) ▲ EUR 181,8 kz (+0,88) ▲ LIBRA 215,3 kz (+146,) ▲ YUAN 24,1 kz (-0,1) ▼ RAND 12,4 kz (-0,26) ▼



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



Editorial

BNA, EXPLICA-TE!

Nos últimos meses, intensificou-se a chuva de críticas sobre o Banco Nacional de Angola (BNA), perante a opção da equipa de Valter Filipe de, entre outras medidas, chamar para si a distribuição de divisas pelas empresas. As críticas saltaram da esfera privada para o espaço público, com banqueiros como Fernando Teles, do Banco BIC, a questionarem abertamente alegadas arbitrariedades no processo de distribuição de moeda estrangeira. Grosso modo, os bancos comerciais reclamam da perda total do poder de decisão, na relação com os seus clientes, em matéria de divisas. Acha-se despropositadamente substituídos pelo BNA. Mas também acusam o Banco Central de tratamento desigual aos operadores, com privilégios declarados a uns em detrimento de outros. A nenhuma dessas críticas o regulador reagiu, pelo menos, de forma pública e oficial. Mas, em termos factuais, não há nada que insinue que os desabafos dos responsáveis bancários sejam infundados. Pelo contrário. A leitura do presidente da Associação Angolana de Bancos não poderia ser mais sugestiva e clara. Amílcar Silva mantém contactos regulares com a governação do BNA e se chega ao ponto de afirmar que há “influências poderosas” a determinar a distribuição dos cambiais é necessariamente uma declaração com selo de verdade.

Valter Filipe, que, pelo menos até hoje, se mostrou disponível ao diálogo aberto com a sociedade, está em falta desta vez com o necessário esclarecimento. As duas principais queixas da banca exigem uma explicação do BNA. Até porque é preciso não ignorar que, pelo menos, uma delas é suficientemente grave para deitar abaixo a ideia de instauração da transparência e da lisura na gestão do banco central, na era Valter Filipe. Referimo-nos, claro, às reclamações sobre o alegado tratamento desigual entre bancos com o mesmo nível de relevância. Em contexto de escassez de recursos cambiais, o que se espera do BNA é uma gestão que permita a divisão do mal pelas aldeias. O sacrifício deve ser repartido a todos de modo a que cada um encontre soluções de sobrevivência. Quem desaparecesse que fosse por incapacidade natural de resistir às pressões do mercado. O que não pode ocorrer é uma tentativa de matança das instituições por obra do próprio regulador, com o objectivo principal de proteger as “influências poderosas”.

A outra reclamação da banca – a que se refere à substituição desta na distribuição dos cambiais às empresas – é mais fácil percebê-la pelo ponto de vista do BNA. A questão de fundo dessa medida resulta da compreensão do regulador de que, perante a escassez de divisas, os bancos comerciais estariam menos preparados para responder às expectativas de acordo com as prioridades do Estado. E isso é inquestionável. Logo no princípio da crise, ficou claro que a gestão dos cambiais exigia algum tipo de afunilamento num órgão suprabancário. Com um olhar panorâmico sobre as prioridades nacionais, o BNA estaria em melhores condições de determinar a canalização dos recursos cambiais, conforme a urgência e a importância de cada projecto. Por razões óbvias, os bancos comerciais estariam mais propensos a gerir esse processo, de acordo com os seus próprios interesses. Se o BNA falha neste particular, seguramente continua a ser o mal menor, face ao que seria o livre arbítrio da banca.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Elias Daniel Estêvão

Director do projecto Laúca

A albufeira da barragem de Laúca atingiu a elevação de 800 metros de altura de coluna de água. O que isso significa?

Este resultado já permitiu acumular um volume de 553 milhões de metros cúbicos, quantidade que vai garantir o início dos testes da primeira unidade geradora de energia, a partir deste mês de Maio.

E quando começa a geração de energia?

Após o acondicionamento da máquina, em Maio, nos finais do mês de Julho, vamos iniciar a geração comercial da primeira unidade de energia de 334 megawatts de potência. O início dos testes permitirá defluir mais água para a barragem de Cambambe, no Kwanza-Norte, fazendo com que a mesma eleve o seu nível de produção energética, evitando, deste modo, as restrições que se observam no país.

Que balanço do projecto até ao momento?

Cumriu-se com êxito a meta de 45 dias. Ou seja, conseguiu-se cumprir com o processo da segunda etapa relativa ao enchimento da albufeira que atingiu uma altura equivalente a um prédio de 23 andares.

TERÇA-FEIRA

O Banco Nacional de Angola (BNA) anunciou, em comunicado, que vendeu aos bancos comerciais 265 milhões de euros, o equivalente a 296,1 milhões de dólares, no período entre 24 e 28 de Abril último, um montante que quase atingia o dobro do volume transaccionado na semana anterior.

QUARTA-FEIRA

Foi lançado, em Benguela, o livro de reclamações, em acto orientado pela directora nacional do Instituto de Defesa do Consumidor (INADEC), Paulina Semedo. Foram disponibilizados, para a província, 500 livros numa primeira fase para um universo de 2.300 operadores e fornecedores de bens e serviços.

QUINTA-FEIRA

O Ministério da Indústria prevê lançar, entre os dias 29 e 30 deste mês, em Luanda, o Novo Sistema de Licenciamento Industrial via Web, que vai possibilitar a qualquer investidor solicitar, de qualquer ponto, o seu alvará industrial através dos vários aparelhos electrónicos.



SEGUNDA-FEIRA

O secretário da Confederação Sindical da União Nacional dos Trabalhadores (UNTA-CS), na Lunda-Sul, Tanda Sacaumba, defendeu, em Saurimo, a necessidade de se continuar a promover, no país, um ambiente de negócios “mais atractivo, com menos burocracia e sem corrupção”. O responsável fez este pronunciamento durante o acto provincial do 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.

SEXTA-FEIRA

O ministro da Economia, Abrahão Gourgel, deslocou-se a Benguela para avaliar o grau de execução dos Programas Dirigidos, que estão a ser desenvolvidos naquela província, no quadro da intervenção do Governo na sua estratégia de saída da crise económica.

SÁBADO

O governador de Malanje, Norberto dos Santos, inaugurou a primeira bomba de combustível, no município de Marimba. O investimento, de iniciativa privada, tem capacidade de 18 mil litros de gasóleo e igual de gasolina, e, numa primeira fase, funciona no período diurno.

DOMINGO

Uma aeronave da Transportadora Aérea Angolana (TAAG) do tipo Boeing 737-700, que operava a rota Luanda/Soyo, registou uma avaria técnica após a sua aterragem. A aeronave seguia para o local de estacionamento quando o trem dianteiro encolheu.



COTAÇÕES



OPEP, RUSSIA E DEMAIS 'SOLIDÁRIOS' VOLTAM A SENTAR

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e outros países que fecharam o acordo para a redução da produção estudam a possibilidade de estender o pacto para além de Junho, com o objectivo de retirar do mercado um excesso de oferta. Esta possibilidade ainda não é oficial, mas foi levantada por um alto representante do maior produtor mundial de petróleo, a Arábia Saudita na Opep.



LE PEN VERSUS MACRON E BOLSAS 'INQUIETAS'

Até à tarde da última sexta-feira, as bolsas europeias negociavam com sentimento negativo, na última sessão, antes da segunda volta das presidenciais em França, realizada no domingo. As sondagens indicavam a vitória do centrista Emmanuel Macron, mas era a hipótese de vitória da candidata de extrema-direita Marine Le Pen que ameaçava as principais praças europeias, já que a líder da Frente Nacional defende políticas proteccionistas e anti-Europa.

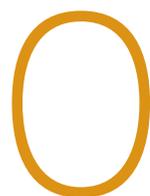
Entrevista

MOISÉS DAVID, PCA DA AGÊNCIA REGULADORA DO OURO

“Ainda não há uma solução técnica para estancar o garimpo do ouro”

Presidente do conselho de administração da Agência Reguladora do Mercado do Ouro explica, em exclusivo ao VE, que o garimpo, a comercialização desregrada e a presença de estrangeiros na actividade são os grandes ‘males’ que o mercado enfrenta por falta de legislação apropriada. Gestor garante, no entanto, haver já acções em curso que ‘prometem’ inverter o quadro.

Por Miguel Daniel



O que mais preocupa a Agência Reguladora do Mercado do Ouro, no processo de valorização dos

recursos minerais nacionais?

Recentemente, solicitámos ao Ministério da Geologia e Minas a realização de uma mesa redonda, com o objectivo de analisar algumas situações críticas, identificadas pela Agência no mercado, quer a nível da comercialização, quer a nível da exploração. São situações que, se não forem ultrapassadas, vão tornar a nossa cadeia de valor menos competitiva. Na cadeia de prospecção e extracção, o que mais nos preocupa é a extracção onde foram detectados vários problemas como, por exemplo, a existência de garimpo confir-

mado; o facto de a maior parte do ouro proveniente desta prática ser vendida em outros países, a exemplo do ouro que sai de Cabinda para o Congo; a existência de estrangeiros nesta actividade e uma série de questões que foram levantadas e que foram discutidas com profundidade e frontalidade.

Neste encontro com o Ministério de Geologia e Minas, que soluções foram encontradas para estancar as situações que enumerou?

Ainda não há uma solução técnica entre nós. Estamos a concertar ideias para que se encontrem medidas que visem estancar os vários fenómenos, porque prejudicam a economia nacional. O importante a reter, a nível da discussão técnica, é que houve a aceitação clara de que há evidentemente garimpo, existem estrangeiros no negócio e que se precisam de instrumentos jurídicos que regulem estas questões. A título de exemplo, para se comprar um determinado mineral, é preciso que se conheça a sua proveniência e as pessoas que estejam nesta actividade devem estar legalizadas. Pensamos que demos um



“Para o investidor é mais atractivo explorar e exportar o minério sem transformação do que transformar esse activo em Angola, pois custa muito mais, porque paga mais impostos do que exportar sem transformar. É um absurdo que temos de inverter, ainda em 2017.”

passo significativo no sentido de se colmatar esta lacuna.

Outra questão que deve ser resolvida é a múltipla, dispersa e incoerente intervenção pública no mercado do ouro, bem como a errada percepção do grau de intervenção pública necessária para incentivar, corrigir ou ajustar o mercado, visando torná-lo competitivo ou mesmo torná-lo um dos pilares do PIB nacional. Para isso, é preciso iniciar uma advocacia política intensa junto dos departamentos ministeriais que intervêm no mercado, visando uma acção concertada e avisada.

E que aspectos foram tratados em relação à cadeia de valor dos minerais existentes no solo nacional?

Verificámos haver uma incoerência na política fiscal, face àquilo que o Executivo deseja, que é tornar a nossa indústria competitiva e diversificada e agregar valor ao produto de origem nacional. Constatámos também que, na fase de exploração e extracção, que é a primeira fase da cadeia de valor, Angola tem políticas muito semelhantes e competitivas. Já no que toca à cadeia de valor da transformação e comercialização, Angola está muito mal, pois as políticas neste mercado são proibitivas. Incentivam a exploração e exportação de minerais sem transformação, apesar da taxa de exportação de cinco por cento, constante do artigo 276º do Código Mineiro. Ou seja, para o investidor, neste momento, é mais atractivo explorar e exportar o minério sem transformação do que transformar esse activo em Angola, pois custa muito mais, porque paga mais impostos do que exportar sem transformar. É um absurdo que temos de inverter, ainda em 2017.

Das conversas que já manteve com o Governo, que recomendações terão ficado por cima da mesa?

Vamos trabalhar de forma mais acelerada para aprofundarmos esta discussão de acordo com o despacho que recebemos do ministro, estando já em curso um trabalho de campo junto com a Ferrangol, em Cabinda. É preciso que todos sejam incluídos, absolutamente todos, para que a intervenção do órgão regulador seja a mais adequada para os interesses do mercado.

Disse que um trabalho de campo está em curso em Cabinda, visando

o combate ao garimpo do ouro. Há outras províncias onde essa prática é acentuada?

Dados de fontes credíveis apontam apenas as províncias de Cabinda e da Huíla. São as mais afectadas, mas podem não ser as únicas. O que se pretende é encontrar o foco do problema e resolvê-lo definitivamente e essa primeira mesa-redonda proporcionou estas condições. Agora é preciso não perder de vista as implicações que cada uma destas questões terá. E uma delas é o de correremos o risco de vir a impulsionar o garimpo. O que pretendemos é que se paguem impostos capazes de agregar valor à economia e o Executivo vai tudo fazer para que se consiga atingir os objectivos a que nos propusemos.

Há informações segundo as quais existem, em vários pontos do país, explorações em leitos dos rios. Confirma?

Temos informações não oficiais que dão conta da existência desta prática, mas não creio que sejam empresas legalizadas. A prática é feita, na sua maioria, em regiões aluvionares, ou melhor, nos leitos dos rios. Normalmente, utilizam pás, picaretas, enxadas e normalmente os garimpeiros juntam-se em pequenos grupos em zonas isoladas. E, quando conseguem o produto, procuram compradores estrangeiros. A maior parte destes cidadãos fá-lo para satisfazerem algumas necessidades pontuais, ou de sobrevivência, mas existem também os que visam o lucro, sobretudo, quando estão enraizados com pessoas que residem no exterior.

Pensou em criar casas oficiais para a compra do ouro, como acontece com os diamantes?

Uma das estratégias da Agência neste sentido é o de criar o chamado contrato-mandato, em que as autoridades privadas pudessem comprar o ouro proveniente da actividade artesanal, por via da Agência. Temos vindo a celebrar contratos com certas entidades cuja idoneidade é certificada por nós e que estão, neste momento, a avançar neste processo que pode culminar com o estancamento dos garimpeiros. Se o garimpo é crime de acordo com o Código Mineiro, a posse e tráfico de metal é crime. Há que encontrar mecanismos que facilitem o garimpeiro a contactar

os agentes para que este possa ser credenciado e exerça a actividade de forma legal na área que lhe for atribuída ou indicada. E só pode ser exercida sob indicação da concessionária nacional, a Ferrangol, desde que, naquela área, não seja possível a exploração industrial.

Porque somente agora se começa a pensar em combater, de forma séria, o garimpo do ouro, quando até há relatos de que a prática não é nova?

A Agência está obrigada, dentro das suas atribuições, a identificar estas situações e buscar soluções para o problema. Mas é óbvio que não deve ser apenas a Agência a trabalhar. É preciso a envolvimento colec-

Dados de fontes credíveis apontam apenas as províncias de Cabinda e da Huíla. São as mais afectadas, mas podem não ser as únicas.



tiva para se encontrar uma solução consentânea. Envolvermos os sectores das províncias afectadas e todas as entidades que intervêm na cadeia de valor, para que tenhamos uma noção abrangente do mercado, o que vai permitir fazer chegar ao Titular do Poder Executivo uma proposta tecnicamente mais bem elaborada, descurando a forma como se actuava anteriormente.

Pode estimar quantas toneladas de ouro o país perde anualmente devido ao garimpo?

Se tivermos de falar só de receitas directas, as informações que temos rondam em três toneladas de ouro, que são exploradas ilegalmente em Angola e que saem das nossas fronteiras com destino à Tanzânia, Dubai e a outros países. O que pressupõe perdas em termos de valores que podem rondar os 126 milhões de dólares.

Quais os outros metais com maior impacto para além do ouro?

A prata, mas existe outra área, apesar de não ser específica do ouro, mas que permite que, por essa via, possam sair metais preciosos. Tem que ver com a área de refinação, a exemplo da fundição de certos metais, como a sucata, portanto, o país não ganha quase nada com isso. Exportam-se grandes barras de alumínio, cobre, zinco chumbo e muitas outras ligas metálicas em que uma tonelada ronda os 20 mil dólares, como é o caso do estanho no mercado internacional. Por isso, precisamos de olhar com seriedade para certas matérias e perceber o quanto o país perde. A transformação de 500 quilogramas de ouro, multiplicado por 40 dóla-

res por grama resultaria em muito dinheiro. E todos os envolvidos no negócio teriam ganhos directos consideráveis. Sem esquecer que as barras nos facilitariam negociar financiamentos com menores custos no mercado internacional. A outra forma seria a introdução deste ouro na joalheria, cujo valor seria 50 vezes maior do que o valor inicial da grama, devido à agregação de outros metais que faz o produto tornar-se mais caro.

Falando sobre a instituição, quais são os propósitos que estiveram na base da criação da Agência Reguladora do Mercado do Ouro?

É uma forma de desconcentração do poder público. A agência foi criada em 2014, com a principal missão de regular e fiscalizar toda a cadeia de valor do mercado do ouro. Desde a extracção, refinação, comercialização e industrialização, bem como a sua utilização como instrumento financeiro. Tem ainda, por obrigação, zelar pela racionalidade da exploração deste metal para as próximas gerações. É tutelado pelo Ministério da Geologia e Minas. Temos um estatuto e grande parte das suas atribuições está prevista no Código Mineiro.

A Agência existe há já três anos. Que balanço é que faz do desempenho do órgão até ao presente momento?

Faço um balanço positivo, embora o estatuto da Agência tenha sido apenas publicado no primeiro dia útil do ano de 2014, o que denotou a grande preocupação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no sentido de essa instituição tratar das matérias inerentes ao mercado do ouro.

Entrevista

Continuação da página 5

Ao ser nomeado e empossado em meados de 2014, o conselho de administração da Agência Reguladora do Mercado do Ouro assumiu, como primeira prioridade, a criação de condições materiais e humanas indispensáveis ao início das suas actividades, o que foi possível nos dois meses seguintes à tomada de posse. A segunda prioridade foi a de saber qual a real situação das políticas públicas nacionais em toda a cadeia de valor do ouro, tendo em conta que este metal foi declarado estratégico e deve trazer benefícios directos para a economia. Para tal, a agência do ouro contou com a ajuda do PNUD que financiou dois estudos comparativos, no valor de 240 mil dólares realizados pela Deloitte e a PwC.

Que tipo de informação estes estudos agregam, em termos concretos?

O primeiro estudo comparativo foi o da cadeia de valor em países relevantes, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista do estágio de desenvolvimento da economia e da cadeia de valor do ouro. Países comparáveis a Angola, tais como Zâmbia, Namíbia, RDC, Gana, Botswana, Tanzânia. Foram analisados aspectos económicos, de financiamento público, cultural e de medidas de política, visando identificar as boas e as más práticas. Já os países comparativamente mais avançados, como África do Sul, Colômbia, Brasil, entre outros, foram analisados visando identificar as boas ou más políticas implementadas, desde a descoberta do ouro nesses países.

Nesses estudos, a RDC foi analisada desde 1903, o Gana desde 1933, o Brasil desde 1500, a África do Sul desde 1886, enfim. Já as políticas de Angola para o mercado do ouro foram analisadas desde 1892, altura em que se tomou conhecimento da existência de ouro na região de Cassinga. Posso assegurar que são estudos muito sérios e que tiveram em conta o 'road map' aprovado pela Agência Reguladora do Mercado do Ouro. Em minha opinião, estes estudos permitiram ao con-



Manuel Tomás © VE

selho de administração da Agência definir as linhas de orientação que estão a ser seguidas, pois já sabemos onde queremos chegar, como fazê-lo, que erros evitar e que interesses conciliar.

A agência está somente focada na valorização da cadeia de valor do ouro ou inclui-se aqui os demais minerais existentes no solo nacional?

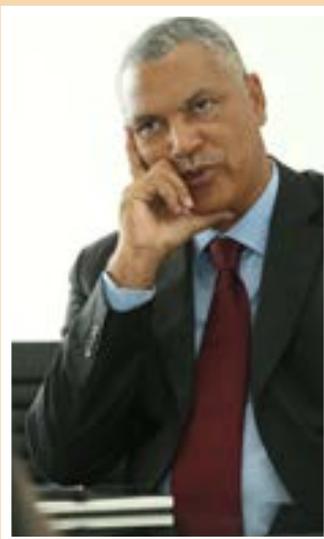
Não seria coerente falar da cadeia de valor sem integrar os demais minerais. Por isso, foi criada a Agência que abarca todos os metais preciosos, entre eles o ouro, a quina, a prata, o paladium e outros, no sentido de se evitarem lacunas jurídicas e até algumas dificuldades técnicas na certificação de certos artefactos de ouro.

Quer dizer que há um vazio jurídico no actual Código Mineiro em relação à certificação de certos artefactos de ouro?

Não diria um vazio, mas sim uma lacuna, decorrente da falta de conhecimento que existia na data em que se constituiu a Agência. Hoje, com base nos conhecimentos adquiridos, constata-se que regular apenas o ouro, estaríamos a deixar um grande vazio na regulação da cadeia de valores (dos minerais). Por isso, achamos ser do nosso entendimento evoluir para a marcação e certificação dos metais preciosos, até porque o mercado já produz artefactos destes metais.

PERFIL

Moisés David é natural do Huambo, formado em ciências jurídicas com o grau de mestre na antiga União Soviética. Foi vice-presidente da Ordem dos Advogados de Angola entre 2006 e 2009. Aos 19 anos, ingressou no Ministério do Interior, como polícia, tendo chegado ao cargo de assessor do comandante-geral. Trabalhou, durante muitos anos, no Ministério da Indústria e, em 2014, é indicado, por despacho presidencial, para exercer o cargo de presidente do conselho de administração da Agência Reguladora do Mercado do Ouro (ARMO), atrelada ao Ministério da Geologia e Minas.



Manuel Tomás © VE

Acha que o país tem condições que permitam a exploração industrial do ouro?

Os projectos que existem junto do Ministério da Geologia e Minas têm uma projecção específica. Mas sabemos da existência de grandes empresas que estão em fase muito avançada nos projectos que estarão a executar, o que nos vai permitir quantificar as reservas para uma produção industrial. Neste momento, não temos, no país, um projecto de exploração industrial, o que nos leva a concluir que este ouro só pode vir dos garimpeiros e o que temos nas ourivesarias é importado.

O país obedece à tabela internacional de preços?

Sim, por ser um produto cotado na bolsa. Mas o ouro que é comercializado pelas ourivesarias tem o preço livre e a Agência não regula este segmento em termos de preço. Mas estamos também a trabalhar para a regulamentação do mesmo, para que se introduzam elementos de certeza jurídicos no negócio. Mas, desde logo, o vendedor certifica a jóia, através do mecanismo de pulsão que determina o tipo de metal e o teor. E, no encontro com o Ministério de Geologia e Minas, anuímos que é preciso também uma certificação pública. Temos gemas, granadas, diamantes e rubis. Uma vez lapidadas, elas geralmente são agregadas ao ouro, o que torna a cadeia mais competitiva. Mas é preciso que se resolvam algumas questões

a nível da manufactura no que respeita aos impostos de exportação, incluindo em relação a matérias intermédias. É preciso que se utilizem os desenhadores nacionais para que as joalharias e ourivesarias sejam mais competitivas.

Quantas empresas são actualmente controladas pela Agência?

Controlamos cerca de 13 empresas, mas pensamos avançar para o cadastro de outras em parceria com os Ministérios do Comércio e da Indústria, para que consigamos uma abordagem mais alinhada.

Acha que Angola já poderá evoluir para o uso do ouro como medida de reserva?

É preciso saber o que acontece com o ouro quando é tido como medida de reserva de valor. A maior parte das pessoas ainda compra o ouro para eventos, questões tradicionais e luxo. Mas há quem também compre o ouro para utilizá-lo como medida de valor, sendo um activo com desvalorização mais lenta e que permite vender a qualquer momento. Precisamos de ter também instrumentos jurídicos que facilitem evoluir para este campo da penhora e fazer pagamentos de dívidas com o ouro. Há ainda a forma de fazê-lo por via do banco central ou para a reserva soberana e, neste campo, nós ainda não estamos em condições de o fazer. Portanto, as nossas previsões indicam que possamos evoluir para este campo até finais deste ano, mas é prematuro dizer que o país estará em condições de produzir ouro que sirva de reserva nacional.

Quais são os grandes desafios para a Agência nos próximos tempos?

Uma das áreas de intervenção do Regulador é, certamente, a da certificação da origem, teor ou toque, a definição de critérios que agreguem um valor acrescentado ou de mudança de posição pautal. Nós e os vários entes públicos que intervêm no mercado do ouro, quer a montante quer a jusante, deveremos trabalhar abertamente, cooperar, quebrar tabus, barreiras burocráticas e de formalidade excessiva e trabalhar no interesse do país, sem o qual não será possível criarem-se as condições necessárias para a fluidez e segurança das transacções de ouro.

QUEM É O MELHOR COMEDIANTE ANGOLANO DE 2017?



A DIVERSÃO
MORA AQUI



TROPA D'OS TUNEZA

POSIÇÃO
500

MUND 1 FOX
O canal que fala a tua língua.

TODAS AS QUARTAS
ÀS 21H45

2ª TEMPORADA

437 88
923 12 00 00
226 69 89 89

Twitter: [dstv_angola](#)
Instagram: [dstvangola](#)
www.facebook.com/DStvAngola

dstvangola@ao.multichoice.com
www.dstv.com

Economia/Política

NOVO FINANCIAMENTO À VISTA

Banco Mundial desembolsa 500 milhões USD para projecto de água

PARCERIA. Governo negocia com Banco Mundial financiamento para sector das águas, que, entre 2013 e 2016, chegou a 177 milhões de dólares.

Por José Zangui

O Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA), que prevê cobrir 100% das áreas periurbanas e 80% das zonas rurais, terá sido executado em apenas 41%, “estando a faltar mais dinheiro para se atingir a meta”, revelou ao VALOR fonte conhecedora do processo, financiado em mais de 50% pelo Banco Mundial (BM).

Com um orçamento inicial de 113 milhões de dólares, o projecto arrancou em 2013 e foi co-financiado pelo

Governo em 49,7 milhões de dólares e pelo BM em 50,3 milhões de dólares, de acordo com os dados oficiais.

No quadro das reuniões de primavera de Bretton Woods, a delegação angolana, chefiada pelo ministro das Finanças, Archer Manguera, abordou com o Banco Mundial a necessidade de se continuar a financiar o PDISA.

O VALOR apurou, no entanto, que o BM deverá desembolsar mais 500 milhões de dólares num novo projecto voltado às águas denominado PDISA II, desta vez, num co-financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento e do Governo, visando fortalecer a capacidade institucional de agências seleccionadas do sector de águas e aumentar a cobertura de serviços de água em cidades-alvo.

No essencial, o projecto governamental prevê a reabilitação e a expansão

MEMORIZE

● O projecto governamental prevê a reabilitação e a expansão das infra-estruturas físicas do sistema de abastecimento de água, a construção de mais redes de distribuição e de ligações domiciliárias.

117

Milhões de dólares: o valor do financiamento já cedido a Angola pelo Banco Mundial para apoiar o Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas.



O PDISA prevê beneficiar populações em 18 capitais de províncias.

das infra-estruturas físicas do sistema de abastecimento de água, a construção de mais redes de distribuição e de ligações domiciliárias.

O PDISA prevê beneficiar populações das áreas periurbanas com água potável, em 18 capitais de províncias, com 12 projectos já concluídos e de 132 sedes municipais. Bié, Huíla, Huambo, Malanje, Moxico, Kwanza-Norte, Uíge, Kuando-Kubango e Zaire foram as províncias inseridas no PDISA I, ou seja, na fase inicial.

O financiamento do BM ajudou também na criação de novas empresas provinciais de águas e saneamento e, até 2016, a contribuição desta instituição financeira ascendeu aos 177 milhões de dólares.

ÁGUA PARA TODOS EXECUTADOS EM 63, 6%

Paralelamente ao PDISA, o ‘Programa Água para Todos’ (2013-2017) tem como meta abranger 80% da população rural. Mas, até finais do ano passado, segundo o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, atingiu um grau de execução de 63, 6%. O responsável garantiu, na altura, que, até 2017, poderá ser concluído.

O ‘Programa Água para Todos’ é destinado apenas para o meio rural e não para as cidades e vilas.

Os projectos do sector das águas, além do BM, contam também com o financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

SISTEMA TRIBUTÁRIO

Imposto industrial é o mais representativo

O Imposto Industrial, tributo com incidência sobre o resultado das actividades das empresas, continua a ser o mais representativo no sistema tributário nacional e com maior projecção no Orçamento Geral do Estado (OGE), em função das estimativas para este ano que apontam uma arrecadação na ordem de 542,6 mil milhões de kwanzas, segundo o director dos serviços fiscais da Administração Geral Tributária (AGT), Júlio Londa.

O responsável, que falava à Angop, à margem do ‘workshop’

sobre imposto industrial, suas principais características e metodologias de pagamento, salientou que as receitas em sede de imposto não petrolífero estão estimadas em 1,7 biliões de kwanzas para este ano.

A Administração Geral Tributária continua a trabalhar para o crescimento percentual, na ordem de 15% de cada imposto cobrado no país, para que se consigam atingir as previsões estipuladas no OGE 2017, com o alargamento da base tributária, segundo fez saber Júlio Londa.

Segundo o especialista, o actual contexto económico e financeiro do país tem estado a causar dificuldades ao sector económico e aos empresários, que continuam a queixar-se do seu impacto na actividade empresarial, que, em rigor, estão à margem da competência do fisco.

Apesar do actual quadro, que já causou também a falência e desistência de algumas empresas, Júlio Londa assegurou estar a registar-se uma subida de forma “tímida” das receitas não petrolíferas.



A LEIDAS Actividades Comerciais vai ser reajustada, informou, em Malanje, o director do gabinete jurídico do Ministério do Comércio, Jacinto Ucuahamba, que defende o reajuste, tendo em conta a constante evolução do sector.



A COMPANHIA de Alimentos de Malanje (CAM) poderá, em breve, aumentar a sua capacidade de produção de fuba de bombó e farinha torrada, com a entrada em funcionamento de novos equipamentos.

COMÉRCIO

Preços vigiados caem 0,46%

O Índice dos Produtos de Preços Vigiados (IPPV) registou uma variação de menos 0,46% no período de 24 a 28 de Abril, contra 1,16% da semana de 17 a 21 do mesmo mês.

Segundo o Instituto de Preços e Concorrência (IPREC), do Ministério das Finanças, a análise homóloga espelha uma redução de 0,76 pontos percentuais, comparando ao valor de 0,30% da variação anterior.

Do conjunto de Produtos de Preços Vigiados (PPV), o peixe carapau e o óleo de palma registaram as maiores diminuições de preços da semana, redução de 14,29% e 11,22%, respectivamente, nos armazéns grossistas de Luanda.

O sal, com 22,17%, e a massa esparguete, 17,22%, lideraram o aumento de preços nos referidos estabelecimentos comerciais.

Em termos genéricos, durante o período de 24 a 28 de Abril deste ano, apenas nove dos 32 PPV apresentaram aumento de preços, cifrados em 15%.



Pedro Silva,
administrador da FerPlas

INFRA-ESTRUTURA À ESPERA DE FINANCIAMENTO

Mais de 50 investidores podem perder terrenos no pólo da Caála

INDÚSTRIA. Ministério da Indústria prevê criação de cerca de três mil empregos, quando Pólo Industrial da Caála estiver em pleno funcionamento.

Por António Miguel, no Huambo

Cerca de 55 investidores arriscam-se a perder o direito de superfície, no Pólo de Desenvolvimento Industrial da Caála (PDIC), no Huambo, por não implementarem os projectos empresariais, mais de dois anos depois de terem adquirido os espaços.

Actualmente, apenas sete fábricas foram instaladas, desde 2010, ano oficial da abertura do PDIC, enquanto 96 empresários solicitaram terrenos. O VE apurou, no local, que, dos 50 investidores que estão em risco de perder os títulos provisórios, pelo menos,

sete são membros do Governo. “É por isso que o Pólo parece estar numa situação de abandono, mas os espaços estão todos cedidos”, justifica o gestor do PDIC, Paulino de Carvalho.

As obras de infra-estruturação do pólo teriam já arrancado, mas ficaram condicionadas “pela crise financeira”. Paulino de Carvalho explicou, no entanto, que o Ministério da Indústria já encontrou um parceiro privado que deverá financiar a empreitada, sem avançar o valor orçamental. Energia, água, linhas de telecomunicação, valas de drenagem e tapete asfáltico estão entre as necessidades do parque industrial.

FERPLAS, A PRIMEIRA

O primeiro grupo empresarial a instalar-se no Pólo Industrial da Caála foi a FerPlas. Embora, oficialmente, o

pólo tenha sido aberto em 2010, dois anos antes, a FerPlas já se encontrava a operar no local. O grupo tem duas unidades fabris: uma de mobiliário de madeira e outra de componente de material eléctrico (caixas de aparelhagens, de interruptores e tomadas).

O primeiro segmento de negócio (fábrica de mobiliário) teve um investimento de 1,8 milhões de dólares, enquanto a linha de produção de material eléctrico teve um custo de investimento na ordem dos 1,5 milhões de dólares. A capacidade de produção instalada, nesta última unidade fabril, é de 20 milhões de caixas de tomadas e interruptores, mas a empresa nunca atingiu esta cifra, sendo que o grupo pretende ainda investir três milhões de dólares na construção de plataformas logísticas.

O administrador da FerPlas, Pedro Silva, lamentou, no entanto, a falta de infra-estrutura da zona industrial da Caála. “Não abastecendo o pólo com energia é evidente que não haverá muitos investidores interessados nesse campo industrial. Sem energia, água e comunicação é muito difícil. A água que temos aqui

MEMORIZE

● Pelo menos, sete governantes estão entre os investidores que, há mais de dois anos, ocuparam terrenos no Pólo Industrial da Caála, mas não implementam os projectos.

ou é de cacimbas ou os nossos carros vão buscar ao rio. Não temos qualquer tipo de infra-estrutura no pólo.”

O PDIC abrange uma área de 1.087 hectares, divididos em duas faces. A primeira face compreende 595 hectares e a segunda 492 hectares. Tem uma área de 125 hectares, com fábricas de carteiras e mobiliários, alumínio, perfis e estruturas metálicas. Estão também instaladas fábricas de artefactos de cimento, colchões e reservatórios de água. O Governo prevê criar cerca de 2.902 empregos, quando o pólo estiver a funcionar em pleno, mas, nesta primeira fase, geram-se já 125 empregos. O custo de aquisição do espaço está cotado em um dólar por metro quadrado.

Economia/Política

EM CAUSA FALTA DE PAGAMENTOS

Empresa lusa ‘barra’ assistência médica a bancários angolanos

SAÚDE. Responsável de Serviços de Assistência Médico Social escusou-se a avançar os nomes das instituições em dívidas, mas VALOR apurou que entidade mantém protocolos com BPC, BCA, BAI e BIC. O Banco Nacional de Angola é considerado como o único cumpridor.

Por Isabel Dinis

Os funcionários de bancos comerciais angolanos que recebiam assistência médica e medicamentosa em Portugal,

por via dos Serviços de Assistência Médico Social (SAMS), encontram-se actualmente desprovidos do serviço por falta de pagamentos, há cerca de um ano, dos montantes acordados.

A informação foi prestada, ao VALOR, pelo presidente do SAMS e do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Rui Riso, que, sem avançar valores, reforçou que os prazos de pagamento, previstos nos protocolos rubricados entre as partes, não estão a ser cumpridos e que, por conta disso, “a assistência programada deixou de ser prestada”.

“Estamos apenas a prestar assistência urgente e emergente, mas a assistência programa não podemos prestar. Estamos a insistir com eles (bancos) que, quando nos mandam doentes, nos mandem pagamentos”, referiu.

Rui Riso preferiu não especificar quais os bancos que têm protocolos com o SAMS, mas frisou que a instituição que dirige só não tem tido problemas de pagamento com o Banco Nacional de Angola (BNA).

O VALOR verificou, no entanto, através da página oficial do SAMS, que a entidade mantém protocolos com o Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco Comercial Angolano (BCA), Banco Angolano de Investimentos (BAI) e o Banco BIC.



Os pagamentos são feitos de forma mensal e o valor da factura deve ser pago até 60 dias após a emissão.

O protocolo mais antigo foi feito com o BNA que é descrito como uma entidade que “sempre honrou os seus compromissos” com o SAMS. Em relação à situação das outras instituições bancárias, a situação se “agrava”, porque os bancos costumam mandar muitos doentes

cujos tratamentos chegam a custar muito caro e são “muito violentos”, especifica o presidente do SAMS.

“Há tratamentos que os hospitais do SAMS não fazem aos beneficiários, porque há o Serviço Nacional de Saúde Portugal e há um conjunto de doenças que custa muito dinheiro e as pessoas vão ao hospital de referência para se tratar.” Os tratamentos muito dispendio-

600

Mil consultas, quantidade registada por ano pelo centro clínico do SAMS em Lisboa

30

Por cento, procura máxima do público em geral pelo hospital do SAMS

dicatos não-bancários dos PALOP, com condições diferentes. “O foco é ter sempre mais clientes além do universo dos bancários”, explica.

O sindicalista referiu que, antes da abertura ao exterior, houve um período mais “crítico” para o SAMS, com uma taxa de operação do hospital na casa dos 65%. Actualmente estão a crescer a 2% ao ano.

RELAÇÃO COM OS PALOP

A relação dos Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) com Angola e os outros PALOP começou com os sindicatos. Na altura, as condições previam tratamento, sem custos até a um certo limite, a qualquer trabalhador bancário desses países que estivesse em Lisboa.

Com o passar dos anos, os protocolos foram ajustados. “Não era possível continuar a gratuitidade, porque os recursos que tínhamos era de portugueses e de bancos portugueses e não podíamos aplicar em grande quantidade na cooperação internacional. E os protocolos começaram a estar desajustados a realidade”, explica.

O protocolo com o Banco Nacional de Angola (BNA) foi o primeiro das relações da entidade com Angola e revisto por volta de 2010, por causa do sistema “generoso” do BNA.

“O BNA mandava os doentes para Portugal e, quando tivessem alta, já não queriam regressar a Angola e acabaram por fazer a vida por aqui, com subsídios pagos do banco em Angola e Lisboa”, denunciou, salientando, no entanto, que o protocolo a seguir “aboliu tudo isso”.

O SAMS tem uma clínica apetrechada com tecnologia de ponta, com médicos fixos. O centro clínico, localizado em Lisboa, regista 600 mil consultas por ano, com 50 especialidades e cinco mil pessoas por dia, aberto também ao público em geral. O hospital tem uma procura do público em geral entre os 25% e os 30%.

Os tratamentos chegam a custar muito caro e são “muito violentos”, especifica o presidente do SAMS.

“Há tratamentos que os hospitais do SAMS não fazem aos beneficiários, porque há o Serviço Nacional de Saúde Portugal e há um conjunto de doenças que custa muito dinheiro e as pessoas vão ao hospital de referência para se tratar.” Os tratamentos muito dispendio-

Depois do público-alvo a que é destinado, os serviços de saúde estão a reduzir por conta de despedimentos e falta de novas contratações na banca portuguesa, estando actualmente a virar-se cada vez mais para o mercado para garantir a sustentabilidade, sendo que hoje 30% das receitas já são provenientes do sector não-bancário.

Rui Riso declarou que o SAMS está aberto à cooperação com os sin-

Breves Considerações sobre o Sistema Fiscal



Dr. Flávio G. I. Inocêncio

Não há arrecadação sem a existência de actividade económica (e riqueza). Este simples truísmo deve servir de guia para a compreensão das finalidades da tributação e o seu papel no financiamento público. Numa economia de mercado, o Estado financia as suas actividades essencialmente através dos tributos (impostos e taxas) e da emissão de dívida pública.

Os impostos são uma prestação pecuniária unilateral devida ao Estado por parte dos contribuintes. O contribuinte, como sujeito passivo, tem um dever fundamental de pagar impostos ao Estado que é o sujeito activo nessa relação jurídica fiscal. E não podemos olvidar que o contribuinte não pode deixar de pagar essa prestação ao Estado sob pena de sanções de natureza administrativa e penal.

Num mundo onde o Estado tem o monopólio legítimo da violência – para utilizar a definição de Max Weber – o contribuinte não tem escolha no pagamento ou não pagamento do imposto. Se o contribuinte não pagar os impostos devidos, o Estado pode penhorar (executar) os bens do contribuinte e, em última instância, o legislador pode também estabelecer sanções administrativas (com penas de multas), assim como

estabelecer, por lei, crimes de natureza fiscal que têm como sanção a pena de prisão.

No caso do financiamento público através dos impostos, voltamos à primeira premissa, sem actividade económica não há arrecadação de receitas. Por essa razão, o Estado deve implementar políticas públicas que activamente estimulem a criação de riqueza e que não a penalizem. E a arrecadação de receitas deve respeitar essa verdade elementar e nem sempre isso ocorre porque podemos ter um sistema fiscal bem formulado e uma arrecadação minúscula porque não existe actividade económica ou riqueza para tributar.

Esse princípio deveria ser autoevidente, mas, infelizmente, nem sempre é levado em conta e por isso até agora o debate sobre tributação em Angola é unidimensional e foca-se excessivamente na necessidade de garantir receitas para o Orçamento, independentemente dos custos e consequências para o resto da economia e para os contribuintes em geral e apenas focado na administração fiscal.

Sem querer entrar em detalhes, o recente debate sobre os poderes da administração fiscal no caso da penhora por dívidas fiscais (no âmbito do processo de execução fiscal) revela alguns dos problemas subjacentes ao actual paradigma. Os poderes extravagantes da administração fiscal devem ser balancea-

dos por uma protecção efectiva dos direitos constitucionalmente consagrados, incluindo o acesso efectivo à justiça e o respeito pela propriedade privada. E o princípio que deve nortear a administração pública e fiscal deve ser a prossecução do interesse público, mas sempre no respeito da legalidade e dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Um dos problemas da reforma fiscal no nosso País foi o peso excessivo dado à administração fiscal em detrimento da justiça fiscal. E não podemos confundir os dois pilares. Quem deve ter a última palavra num Estado de Direito é o poder judicial em qualquer conflito entre o Estado (*latu sensu*) e o cidadão e cabe ao poder judicial a garantia da legalidade e a protecção dos direitos fundamentais nos termos da Constituição. Em última instância, num Estado de Direito Democrático são os tribunais a última garantia da defesa dos direitos dos cidadãos e agentes económicos.

Por isso, a meu ver, torna-se necessário a criação de tribunais administrativos e fiscais num modelo de justiça que garanta que as decisões administrativas, no âmbito da administração fiscal, possam ser impugnadas pelo contribuinte e a este sejam garantidos todos os direitos constitucionalmente consagrados porque, por vezes, a administração pública também comete erros e injustiças e os tribunais existem para corrigir esse problema.

Um sistema fiscal deve ser adequado ao nível de desenvolvimento do País e ter em conta a nossa excessiva dependência das receitas petrolíferas (na sua vertente fiscal) e por isso o nosso sistema fiscal não deve ser excepção. Um exemplo da violação desse princípio é a elevada taxa do imposto industrial. Ter taxas de impostos elevadas como na Suécia para uma realidade como a nossa não é apenas irrealista mas completamente desprovido de sentido, considerando que somos um País em

vias de desenvolvimento. Por essa razão as taxas de impostos devem ser reduzidas e adequadas à nossa realidade e no caso do imposto industrial a taxa deve ser muito inferior aos actuais 30%. Não faz sentido ter uma taxa elevada e depois criar incentivos que distorcem a taxa real efectiva estabelecendo efectivamente diferentes categorias de contribuintes e violando o princípio da igualdade.

O sistema fiscal deve também ser o mais neutro possível e eliminar incentivos fiscais como a única panaceia para atracção de investimentos ou de fomento económico porque estes distorcem o sistema fiscal. Acima de tudo, devemos ter sempre em conta a essência coerciva do sistema fiscal em qualquer País e que este deve respeitar os limites constitucionais e o princípio de que não há arrecadação sem a existência de actividade económica (e riqueza).

Em resumo, aqui vão algumas considerações que por vezes são esquecidas:

1. Não há tributação sem actividade económica e por isso a tributação (e a arrecadação) não deve ser um instrumento de repressão das actividades económicas e riqueza.
2. Para o nosso nível de desenvolvimento, devemos implementar paulatinamente níveis de tributação com taxas reduzidas, obviamente com uma base tributária mais alargada e assim obter mais receitas.
3. Necessidade de eliminação da maioria dos incentivos fiscais que distorcem o sistema fiscal e criam efectivamente dois sistemas para os que têm e os que não têm acesso aos incentivos fiscais.
4. Considerar a implementação da reforma fiscal assente nos dois pilares: administração fiscal e justiça e por isso é necessário e urgente a criação de uma jurisdição administrativa com tribunais administrativos e fiscais.

Professor das Universidades de Coventry e Agostinho Neto

Ter taxas de impostos elevadas como na Suécia para uma realidade como a nossa não é apenas irrealista mas completamente desprovido de sentido, considerando que somos um País em vias de desenvolvimento. Por essa razão as taxas de impostos devem ser reduzidas e adequadas à nossa realidade e no caso do imposto industrial a taxa deve ser muito inferior aos actuais 30%.



Mercados & Finanças

DISTRIBUIÇÃO DE DIVISAS EM CAUSA

Caixa Angola junta-se ao Banco BIC nas críticas ao Banco Central

CAMBIAIS. Queixas contra prática de venda de moeda externa pelo Banco Central intensificam-se, com mais um banco a defender o ajustamento da política do órgão de Valter Filipe, no sentido de mais equilíbrio.



Fernando Marques Pereira, presidente da comissão executiva do banco Caixa Angola

Por Cândido Mendes

O presidente da comissão executiva (PCE) do banco Caixa Angola, Fernando Marques Pereira, declarou, na última semana, que o BNA dá “pouca liberdade” aos bancos, ao determinar “qual é o cliente que deve comprar divisas”, juntando-se assim ao coro de críticas contra a política de distribuição de moeda estrangeira levada a cabo pelo governo de Valter Filipe.

As declarações do PCE do Caixa, proferidas por altura da inauguração da ‘Academia Caixa Angola, surgem uma semana depois de o presidente do conselho de administração do Banco BIC, Fernando Teles, ter-se queixado da política cambial do Banco Central pelas mesmas razões.

Classificando 2016, como “um ano muito difícil”, face à escassez da “matéria-prima” (divisas) e às consequentes restrições nas vendas do BNA, Fernando Marques Pereira explicou que o seu banco respondeu à situação cambial com o aumento do crédito, o que permitiu, no exercício passado, elevar a margem financeira para os 83%, comparados com os menos de 40% de “há alguns anos”. O crédito, por sua vez, cresceu 22%, “bastante acima do mercado”, o que, pelas contas auditadas e prestes a serem publicadas, levou o Caixa Angola a ganhar alguma quota de mercado. Parte importante do crédito foi destinada ao Estado, directamente ao Ministério das Finanças que o aplicou em investimentos públicos, como a construção de estradas, barragens e outros, segundo precisou Marques Pereira.

As críticas à política cambial do BNA datam, na verdade, de 2012,

83

por cento: margem financeira conseguida pelo Banco Caixa em 2016.

MEMORIZE

- A Associação Angolana de Bancos (ABANC), através do seu presidente, Amílcar Silva, afirma que tem colocado os “problemas” ao BNA, durante as reuniões bimensais entre os dois órgãos.



quando entrou em vigor a lei cambial do regime petrolífero que, em suma, restringe as empresas do crude a venderem divisas única e exclusivamente ao BNA. Desde então, o Banco Central passou a ser o único fornecedor de divisas do sistema financeiro, o que levou o mercado cambial a encolher em 40%, segundo o então PCE do BFA Emídio Pinheiro.

Sobre as reclamações de alegadas facilidades do BNA a clientes sem kwanzas para a aquisição de divisas, em detrimento de outros clientes com a moeda nacional, Pereira confirmou a ocorrência de transacções semelhantes do Caixa Angola, mas indicou tratar-se de casos em que o cliente beneficiado tem kwanzas noutro banco, acabando as situações por se resolver com uma transferência. Segundo consultas do VALOR, a escassez de divisas levou a uma dispersão maior pelos bancos dos fundos das empresas em moeda nacio-

nal, como forma de aumentar as possibilidades de transacções em moeda estrangeira. “A oportunidade pode sempre calhar num banco e não noutro”, explicita um empresário ouvido pelo VE.

INFLUÊNCIAS DETERMINAM

A Associação Angolana de Bancos (ABANC), através do seu presidente, Amílcar Silva, afirma que tem colocado os “problemas” ao BNA, durante as reuniões bimensais entre os dois órgãos.

Dos problemas constam as queixas contra os efeitos da Lei Cambial e contra as políticas de distribuição de divisas, mas Amílcar Silva declinou divulgar o que tem sido o posicionamento do BNA, respondendo apenas que se procura “distribuir da melhor forma”.

Para o presidente da ABANC “quando há escassez nunca se distribui bem”, sobrando sempre pessoas e empresas que “nunca foram contempladas”.

Silva deu a entender que muitas das questões ultrapassam o governador do BNA, justificando, por um lado, que o Banco Central gere apenas um terço do volume de cambiais antes gastos em importações, números que terão sido apresentados por Valter Filipe. Por outro lado, “há a outra parte, a das influências”, observa Amílcar. “Não digo que sejam influências negativas, mas influências mais poderosas”, diferencia, exemplificando que, se as empresas A,B,C todas precisarem de divisas, “quem vai buscar é a A, porque é mais poderosa, mais forte. Essas coisas acontecem”, denunciou. “Se me perguntar, se podíamos distribuir melhor, por ser dos antigos vou dizer: podíamos, sim senhor!”, rematou o presidente da ABANC.

Até ao fecho desta edição, o BNA não respondeu ao email do jornal, que procurava obter os comentários do órgão liderado por Valter Filipe.



UM PROJECTO de expansão da rede de balcões e filiais do Banco BIC aponta a Ásia e novos mercados em África como os próximos destinos dos serviços prestados pela instituição, segundo o presidente do conselho de administração do banco, Fernando Teles.



O BANCO REGIONAL do Keve programou, para hoje, 8 de Maio, a apresentação das suas contas de balanços, referente ao exercício financeiro de 2016, em cumprimento da lei das instituições financeiras, indica a instituição, em comunicado.

EM PARCERIA COM O MAPTSS

Banco Sol liberta mais 1,3 mil milhões kz para crédito jovem

FINANCIAMENTO. Desembolso destina-se a jovens, ao abrigo do programa 'Avanço 2017', do MAPTSS, iniciativa a que se junta administração do Banco Sol.

Uma parceria entre o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) e o Banco Sol prevê ajudar vários jovens formando de centros profissionais,

com um microcrédito de até 1,3 mil milhões de kwanzas, anunciou o presidente da instituição bancária, Coutinho Miguel.

O desembolso poderá abranger os jovens ao abrigo do programa 'Avanço 2017', do MAPTSS, iniciativa a que se junta a administração de Coutinho Miguel, e

foi apresentado na semana passada, por altura da abertura do ciclo de formação profissional para este ano.

O PCA do Banco Sol recordou que a instituição bancária tem ajudado a economia nacional através de várias parcerias que têm desenvolvido junto de

alguns sectores públicos e privados do país, cujos retornos "têm sido satisfatórios por estar num cumprimento de 5% e a instituição tem melhorado os procedimentos, de forma a continuar estável e a ajudar a população angolana". "Interpretamos que uma economia deve promover a justiça, solidariedade, a prosperidade e o bem-estar das famílias", considerou o gestor, para quem o microcrédito tem sido um "instrumento útil e valioso na redução significativa da pobreza, no combate à fome e ao desemprego".



Coutinho Miguel,
PCA do
Banco Sol

PUB



A SAÚDE MAIS PERTO DE SI. SEGURO DE SAÚDE

Chegou o seguro de saúde para particulares que lhe dá acesso aos melhores cuidados de saúde, por muito menos do que imagina. Tome uma decisão saudável e saiba mais numa agência NOSSA perto de si ou em www.nossaseguros.ao



A PARTIR DE
85.000 KZ
ANO



NOSSA
SEGUROS

Mercados & Finanças

CRÉDITO ESTAVA PERTO DOS DOIS MIL MILHÕES KZ

BNA corta para mil milhões de kwanzas empréstimos ao Estado

FINANCIAMENTO. Administração central deixou de receber 6,4% dos 1.195 milhões de kwanzas líquidos das 'ajudas' que Banco Nacional de Angola fez em Janeiro ao Estado. Dos cofres do banco central, também deixaram de sair 1,6 milhões de kwanzas destinados a outros sectores públicos.

Por Nelson Rodrigues

O Banco Nacional de Angola (BNA) retirou 126 milhões de kwanzas ao volume de crédito cedido à administração central do Estado, em Fevereiro, baixando para 1.069,2 milhões de kwanzas líquidos, um corte de 6,4% face ao montante disponibilizado no mês anterior, de acordo com dados preliminares das últimas estatísticas monetárias do banco central.

Com excepção de Dezembro, este é o montante mais baixo que o Governo central recebe do BNA, desde Agosto do ano passado, altura em que as 'ajudas' já chegavam aos 1.159 milhões de kwanzas.

Integram a administração central do Estado a Presidência da República, os ministérios e os governos provinciais, entidades que terão recebido das 'mãos' do governador do banco central, Valter Filipe, um empréstimo total de 1.069,2 milhões de kwanzas para responsabilidades diversas, em Fevereiro.

De acordo com a lei n.º 16/10, de 15 de Julho, também conhe-

cida por 'Lei do Banco Nacional de Angola', o banco central pode abrir, ao Estado, um crédito em conta corrente até ao limite equivalente a 10% dos montantes das receitas correntes, cobradas no último ano.

A lei obriga a que este valor e os respectivos juros sejam liquidados até 31 de Dezembro do ano em que se libertou o empréstimo, "ainda que, para o efeito, haja recurso a títulos de dívida pública, negociáveis e portadores de juros", conforme sublinha o número 2, do artigo 29.º da mesma lei.

Às últimas estatísticas monetárias, o BNA não junta quaisquer explicações sobre a redução do empréstimo à administração central, nem especifica a finalidade do crédito.

Os empréstimos não baixaram apenas para a administração cen-



Sede do Banco Nacional de Angola (BNA), em Luanda.

tral. Dos cofres do BNA, também deixaram de sair dos 1,6 milhões aos 84,4 milhões de kwanzas, que, até Janeiro último, o sector público (excluindo o Governo central) recebia do banco central.

A rubrica 'sector público' está anexa à categoria 'crédito a outros sectores residentes', que integra ainda crédito a outras instituições financeiras não-monetárias e crédito a outros sectores residentes privados.

O crédito às outras instituições financeiras não-monetárias progrediu 18,7% para mais de cinco

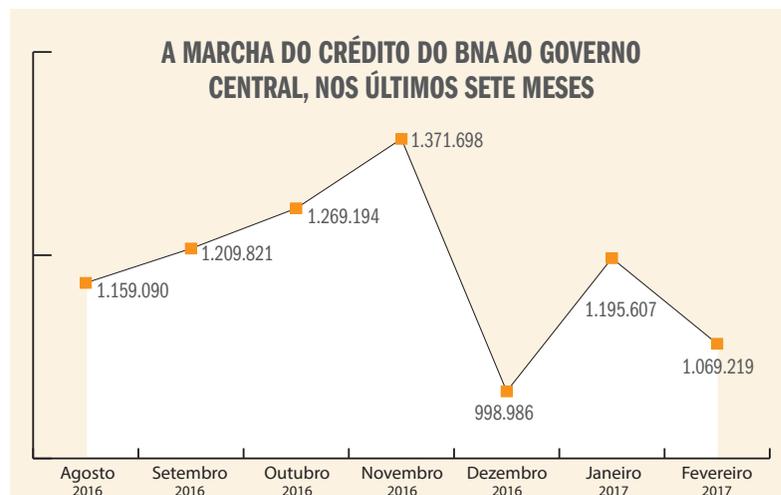
milhões de kwanzas. Ou seja, um 'reforço' de mais 805 mil kwanzas aos anteriores 4,2 milhões de kwanzas de Janeiro.

Da categoria 'crédito a outros sectores residentes', foi o sector privado que mais kwanzas absorveu dos empréstimos do BNA. Até Fevereiro, tinham sido cedidos 3,3 milhões de kwanzas, contra os anteriores 3,2 mil milhões.

DINHEIRO 'NA RUA' CAI

O BNA também mexeu, ao abrigo da sua estratégia de controlo da política monetária, no dinheiro em poder do público, reduzindo-o, de 6,5 mil milhões de kwanzas, em Janeiro, para 6,4 mil milhões em Fevereiro.

As reservas internacionais líquidas do país fizeram caminho inverso, ao saírem de 3,3 biliões de kwanzas, em Janeiro, para 3,4 biliões de kwanzas, equivalentes a 21,2 mil milhões de dólares, números, entretanto, abaixo dos dados anteriores 22 milhões de dólares apresentados recentemente por Valter Filipe à Televisão Pública de Angola (TPA), em grande entrevista.



Millennium Atlântico inaugura balcão digital

O Banco Millennium Atlântico (BMA) concretizou, na semana passada, o projecto de abertura de um ponto de atendimento digital, no centro comercial Xyami Nova Vida, em Luanda, para celebrar o décimo primeiro aniversário da instituição.

De acordo com o presidente do conselho executivo, Daniel Santos, o ponto digital estará aberto das 9 às 22 horas, horário que considera "adequado aos clientes e a um novo tipo de relação bancária que elimina a burocracia e filas de espera".

O novo balcão digital disponibiliza serviços como a abertura de conta e emissão de cartão de débito, assim como disponibiliza acessos à Internet Banking, sem necessidade de uso de qualquer papel. O cartão multicaixa, por exemplo, é personalizado e uma hora depois de tratado o cliente pode utilizá-lo. "É um ponto de atendimento 100% digital", explica o gestor.

Aos clientes, fica ainda disponível uma linha telefónica que lhes permite fazer consultas de dados, movimentos e transferências das suas contas, pagar serviços ou comprar recargas de telemóvel.

Daniel Santos assegura que o banco tem inovações e a sua visão de futuro consiste em "oferecer serviços flexíveis e modernos, utilizando a tecnologia para simplificar a vida dos clientes", estes que já ultrapassam a fasquia de um milhão.

A nova agência vai ser suportada por 11 profissionais, "com experiência para auxiliar o cliente e apoiá-lo de forma expedita nas suas dúvidas", conforme garante a administração do banco saído de uma fusão o ano passado.



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Empresas & Negócios

ALEGADAS RAZÕES TÉCNICAS

Refinaria de Luanda paralisada há meses



Geralmente, a chaminé mantém-se acesa 24 horas por dia.

80%

Combustível consumido em Angola é importado.

para a importação de combustíveis refinados. O combustível comercializado pela operadora privada Pumangol, por exemplo, é importado. Segundo um relatório publicado em 2014, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), os custos de produção dos combustíveis da Refinaria de Luanda, que tem capacidade de 65 mil barris/dia, são superiores aos da gasolina e ao gasóleo importados.

O consumo de combustíveis por Angola caiu 5% em 2015, na mesma proporção da queda da importação de produtos refinados, essencialmente gasolina e gasóleo, face a 2014. Na tentativa de aumentar a capacidade de refinação, o Governo tinha em marcha a construção de três refinarias, a do Lobito, em Benguela, Soyo, no Zaire, e a do Bengo, mas as obras de construção foram suspensas, no final do ano passado, devido à crise do preço do petróleo, nos mercados internacionais.

No final do ano passado, a presidente do conselho de administração da Sonangol, Isabel dos Santos, tinha já admitido que a empresa se encontrava 'em maus lençóis', ao ponto de ter dificuldades em honrar compromissos financeiros com fornecedores no exterior.

O projecto da Refinaria do Lobito prevê uma transformação de 200 mil barris de petróleo/dia, sendo que a conclusão das obras estava prevista para 2018. Já a entrada em funcionamento da Refinaria do Soyo estava prevista para este ano, processando 110 mil barris/dia. Enquanto as obras da refinaria do Bengo, orçada em cerca de 14 mil milhões de dólares, estão projectadas para refinar 400 mil barris de derivados de petróleo e gás natural por dia.

REFINAÇÃO. Petrolífera pública assegura que não houve qualquer paralisação da produção na Refinaria de Luanda. Fontes do VALOR garantem que refinação parou por cerca de 90 dias.

Por José Zangui e António Miguel

rotina "para dar lugar à manutenção, durante três meses".

O director do gabinete de comunicação e imagem da Sonangol, Mateus Cristóvão, garantiu que a Refinaria em nenhum momento deixou de funcionar. "Não há qualquer cessação de produção na Refinaria de Luanda, que continua a desenvolver a sua actividade normal, dentro dos parâmetros que estão definidos", assegurou.

Vários observadores têm criticado, no entanto, o facto de Angola, apesar de ser o 'gigante do petróleo' em África, depender só de uma refinaria para produzir derivados do crude. O especialista em petróleo e gás José Oliveira considera "pequena e obsoleta" a Refinaria de Luanda, que produz apenas cerca de 20% dos derivados do petróleo (gasolina, gasóleo, gás e petróleo iluminante).

A reduzida capacidade de refinação angolana obriga a petrolífera pública a gastar todos os meses cerca de 170 milhões de dólares

Sonangol assume escassez de gás

O director do gabinete de comunicação e imagem da Sonangol, Mateus Cristóvão, explicou que a escassez de gás butano, que se registou nas últimas três semanas, em Luanda, esteve relacionada com problemas de ordem técnica registados nas instalações da Sonagás. Dificuldades de atracagem do navio de abastecimento, na Refinaria de Luanda, estiveram também na origem da falta de gás em alguns mercados de Luanda.

"A imediata e pronta intervenção das equipas técnicas da Sonagás, nos dois cenários, permitiu solucionar ambos os problemas e, nesta altura, o fornecimento de gás butano aos consumidores luandenses está completamente normalizado", afirmou Mateus Cristóvão.



A Refinaria de Luanda terá paralisado as operações de refinação de petróleo há, pelo menos, três meses, por "motivações de ordem técnica", constatou o VALOR junto de funcionários da empresa, detida a 100% pela Sonangol.

A chaminé, que, geralmente, se mantém acesa 24 horas por dia, como indicação do funcionamento da Refinaria, há meses que se encontra entre o lume e o apagão. Uma outra fonte afecta à maior empresa pública confirmou também a paralisação das 'máquinas de refinação', justificando, no entanto, tratar-se de um acto de

A EMPRESA MACON inaugurou um novo terminal de serviços de transporte público, em Cabinda, que vai prestar serviços com quatro autocarros para o transporte de passageiros dos quatro municípios da província.



A SONASURF, companhia de prestação de serviços de transportes marítimos às operadoras petrolíferas, afecta a Sonangol, pretende se tornar líder no mercado nacional, revelou o seu director-geral, Albano Fernandes, em Houston, EUA.



LÍDER DE VENDAS DE MEIOS ELECTRÓNICOS EM PORTUGAL

WORTEN chega ao mercado nacional pela TOP Brands Angola

INVESTIMENTO. Empresa promotora vai abrir cinco lojas Worten em território nacional, com próxima prevista para Xyami do Lubango. Primeira loja da WORTEN em Angola criou 40 empregos directos.

Por Valdimiro Dias

A Worten, marca portuguesa líder de mercado nas áreas dos electrodomésticos, electrónica e entretenimento, chegou ao mercado nacional, com a abertura da primeira loja, no Xyami Shopping do Kilamba, na última semana.

O investimento de quatro milhões de dólares foi realizado pela Top Brand Angola – Retalho (TBA), empresa que representa diversas marcas internacionais e que prevê abrir, até ao final do ano, cinco lojas Worten em território nacional.

A próxima loja deve ser aberta já na próxima semana, no Xyami Shopping, na cidade do Lubango, conforme garantiu o director-exe-

cutivo da Top Brand de Angola, Paulo de Sousa, que avançou que a abertura da primeira loja permitiu gerar 40 empregos directos e 30 indirectos. Dentro de seis meses, deve abrir a segunda loja de Luanda, desta feita no centro comercial Belas Shopping.

Segundo Paulo de Sousa, a empresa que dirige pretende constituir a maior loja de tecnologia aberta no país, prometendo que vão surpreender o mercado, tendo em conta a política de “preço imbatível e de serviços únicos e inovadores”.

Nas palavras do gestor, a Worten chega a Angola para ser líder de mercado. “Esta é a nossa maior aposta, quer pela importância do segmento de tecnologia, quer pelo valor do investimento associado”, declarou Sousa.

A TBA foi a empresa responsável pela introdução, no mercado nacional, de marcas de referência internacional, como a Zippy, a MO, a Sport Zone, a

Chicco e a Swatch, acabando agora de juntar ao seu portfolio a cadeia de electrónicos do grupo Sonae.

Em Portugal, a Worten detém uma rede de 149 unidades e tornou-se líder de mercado nas áreas dos eletrodomésticos, electrónica de consumo e entretenimento com uma ampla gama de produtos.

De acordo com os dados preliminares apresentados pela Sonae SGPS a 18 de Janeiro, a Worten fechou 2016 com um total de 910 milhões de vendas realizadas, um crescimento anual de 2,1% face a 2015. Este valor representa 63,23% do total do volume de negócios gerado pela Sonae SR, correspondente a 1,43 mil milhões de euros.

O último investimento da Top Brands Angola aconteceu recentemente, com a abertura, no Xyami Shopping Kilamba, de oito lojas de moda feminina, masculina e infantil e desporto para todas as idades e modalidades, num investimento de cerca de 900 milhões de kwanzas.

PUB

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call centre

(+244) 947 992 828

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Empresas & Negócios

AO PREÇO DE 11,6 MILHÕES KZ

Kora Angola inicia venda de habitações na centralidade do Kuito

HABITAÇÃO. Novas residências poderão ser adquiridas mediante pagamento de renda resolúvel ou a pronto pagamento. O processo inclui também a modalidade de arrendamento, com custos estimados em 12.500 kwanzas mensais.

Por Valdimiro Dias

A Kora Angola, empresa do ramo imobiliário, deu início, na passada sexta-feira, à venda das habitações da centralidade do Kuito, num total de 2.684 unidades, estando cada uma avaliada em 11,6 milhões de kwanzas.

A informação foi avançada, em exclusivo ao VALOR, pela directora comercial e marketing da empresa, Lídia Santos, quando abordava o processo de comercialização de habitações, sob a responsabilidade da Kora Angola, fruto da parceria que mantém com o Governo.

Segundo dados oficiais, a centralidade do Kuito foi projectada para acolher mais de seis mil fogos habitacionais, sendo que os que agora entram para a fase de comercialização integram a primeira fase do projecto, que conta também com vários equipamentos sociais, como hospitais e escolas.

Outras infra-estruturas sociais, como estações de tratamento de água, deverão estar finalizadas até Julho, data em que está prevista

a entrega das chaves aos futuros moradores, segundo promessa da direcção da Kora Angola. As obras de melhoria do acesso à centralidade devem estar concluídas também nessa altura.

Para o acesso às habitações da centralidade do Kuito, foram definidas três formas de pagamento, nomeadamente via renda resolúvel, arrendamento e venda livre a pronto pagamento.

A renda resolúvel, sob a responsabilidade do Fundo de Fomento Habitacional, reserva uma quota dirigida aos funcionários públicos e outra ao público em geral, estando o valor da renda estipulado em 38.898 kwanzas mensais, durante um período de 25 anos, no final dos quais o imóvel passa para a titularidade do inquilino.

A modalidade de arrendamento, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Habitação que definiu como regras de acesso critérios iguais aos da renda resolúvel, é dirigida aos funcionários públicos e público em geral, estando a mensalidade calculada em 12.503 kwanzas.

Já a venda livre é dirigida a particulares e empresas que pretendam adquirir imóveis na centralidade. O valor de cada imóvel está estipulado no total em 11.669.490 kwanzas, podendo o valor em causa ser pago de duas formas diferentes: em quatro tranches durante qua-



A imobiliária colocou à disposição, no Kuito, mais de dois mil fogos habitacionais.

MEMORIZE

● **A centralidade** do Kuito foi projectada para acolher mais de seis mil fogos habitacionais, sendo que os que agora entram para a fase de comercialização integram a primeira fase do projecto, que conta também com vários equipamentos sociais, como hospitais e escolas.

tro meses ou ainda 50% do valor do imóvel na assinatura do contrato e os restantes 50% divididos por cinco anos.

NOVAS HABITAÇÕES NO HUAMBO E UÍGE

Por outro lado, a Kora Angola espera ainda concluir, até ao final de Maio, o processo de comercialização das habitações da centralidade do Losambo, no Huambo, outro projecto habitacional cujas vendas estão sob a sua responsabilidade.

38

898 kwanzas, valor da renda resolúvel mensal para casas dirigidas a funcionários públicos.

Na centralidade do Kilomosso, no Uíge, igualmente gerida pela empresa, das 4.500 residências previstas, a Kora Angola garante que 1.010 já estão concluídas, estando somente em falta a conclusão das obras de infra-estruturação para que as casas possam beneficiar de água, electricidade e rede de esgotos. A meta é que a comercialização de habitações, nesta centralidade, arranque no primeiro trimestre de 2018.

A Kora Angola, no âmbito de uma parceria público-privada, assumiu o desafio de construir 40 mil fogos habitacionais em vários municípios de cinco províncias, nomeadamente Bié, (Kuito e Andulo), Huambo (Bailundo, Caála e Losambo) Uíge (Kilomosso), Kwanza-Sul (Sumbe) e Moxico (Luena).

Em Luanda, a empresa está a participar do projecto de reconversão urbana do Sambizanga e Cazenga.

11

669.490 kwanzas valor total de cada imóvel em alguns projectos habitacionais.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

(In)formalizando

FALTA DE DOCUMENTAÇÃO TEM ATRASADO A LEGALIZAÇÃO DO NEGÓCIO

Grandes produções em pequenas produtoras

PRODUÇÃO MUSICAL. Com aumento de cantores, há cada vez mais 'home-studios' e produtores 'caseiros' um pouco por todo lado. Nas pequenas produtoras, o investimento pode ultrapassar os 500 mil kwanzas, dependendo do material usado e da área de actuação.

Por Amélia Santos

A

o negócio, apesar das margens de lucro que pode garantir, falta ainda a componente académica ou científica, sendo

que não existem, até ao momento, instituições do ensino superior vocacionadas para tal, factor que seria decisivo para a internacionalização da produção feita em Angola.

Mas, enquanto isso, a actividade gera 'furor' entre os praticantes, no mercado nacional, sobretudo devido às receitas que produz. A produção de uma música programada de afro-house e kizomba ronda entre os 30 e os 50 mil kwanzas, valor discutível, dependendo da produtora e da quantidade de músicas a produzir. As produções acústicas, no entanto, são mais caras em relação às programadas, por envolverem a terceirização de mão-de-obra.

Além da produção musical, os estúdios ou produtoras também se dedicam à gravação de videoclips. Neste último caso, não há preços fixos, já que se trata de um trabalho que envolve uma equipa de mais de cinco elementos e cada um a seu preço.

Os rendimentos mensais podem ultrapassar os 100 mil kwanzas. Numa produtora, por exemplo, em que trabalhem mais de cinco sócios, a divisão é parcelada a 25% do valor total do trabalho prestado.

Rap, afro-house e kizomba são dos estilos mais procurados, mas os mais caros são a kizomba, afro-house e semba, em que os preços podem ultrapassar os 30 mil kwanzas. Já o kuduro e rap rondam os 15 a 20 mil kwanzas a produção.

Na produtora 'BCM Record', localizada na comuna da Coreia, distrito da Samba, em Luanda, em que um dos membros é Bruno Silva, já foi produzido o hit 'Pengua' do músico Mestre Danguí, produzido pelo DJ Perereca. O produtor trabalha também com um sócio que é responsável da edição, produção e gestão de vídeo. Há ainda outros membros que foram fazer formação ao estrangeiro.

Na BCM Record aparecem, mensalmente, perto de 10 cantores, mas

MEMORIZE

● O produtor musical encarrega-se de controlar as sessões de gravação, ensaia e guia os músicos e cantores e faz a supervisão do processo de 'mixagem' e de masterização de áudio/visual. Na produtora tem de ter colunas, computadores, mesa misturadora, microfones, sala de captação e software para programas de captação.



"há meses muito atípicos", em que podem surgir bem menos.

"A produção de uma música pode demorar, no máximo, três dias", adianta o produtor Bruno Silva, referindo que o kuduro e a kizomba "são dos estilos mais exigentes", sendo que os dois têm um padrão, e qualquer descuido "é fatal para o insucesso da música".

Ladislau Neto, conhecido por L-Shine, tem a seu estúdio montado na sala de casa, no bairro Prenda, em Luanda, por trás da escola Simione Mucune. Saiu da música para a produção musical, porque achava que, muitas vezes, as suas ideias não eram idealizadas no seu projecto. Há quatro anos que se dedica à produção musical e tem o ofício como a fonte de rendimentos.

No estúdio em que trabalha sozinho, tem um rendimento acima de 70 mil kwanzas mensais, produzindo desde o kuduro, semba, kizomba, afro-house entre outros estilos. Os preços variam dos 10 mil a 50 mil kwanzas, por produção. Se um cliente, por exemplo, optar por par-

celar o trabalho, o produtor garante que fica mais caro, pois só a captação custa cerca de 15 mil kwanzas, a mistura 20 mil e a instrumentação 35 mil, pelo que aconselha aos clientes a fazerem o trabalho com um único produtor.

Para abrir o pequeno estúdio, investiu mais de 300 mil kwanzas. O material usado no estúdio foi adquirido em Angola e outra parte no estrangeiro, "porque, no mercado angolano, tudo é muito caro".

L-Shine, para além de produzir, toca piano e já trabalhou com músicos como Semini NyMoyo, Roberto Stefanny, Lukenny Bamba, entre outros. O produtor apela aos patrocinadores a investirem mais nestas áreas, principalmente nos que estão ligados à música.

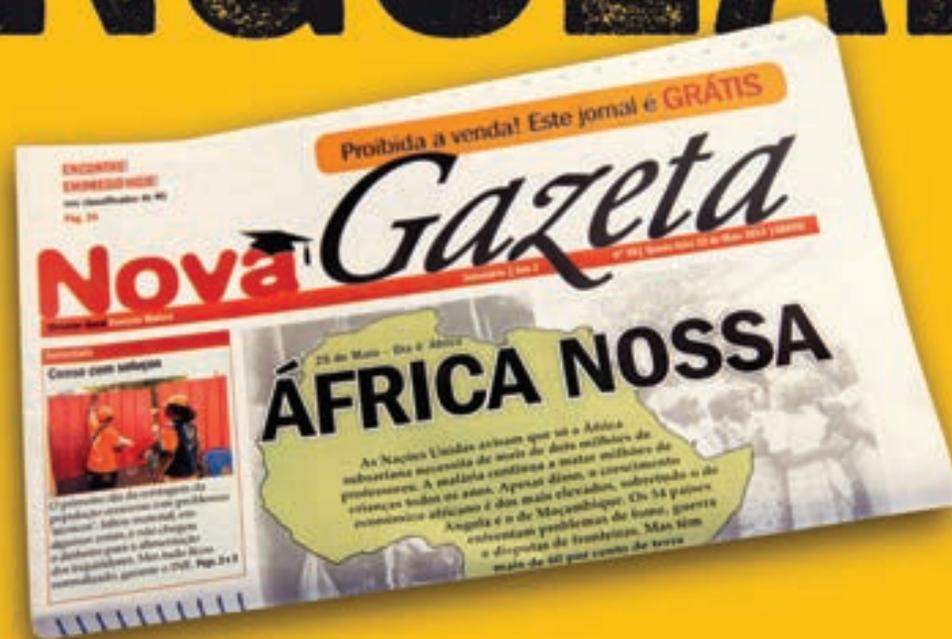
Outro produtor, Tomé Mendes, mais conhecido por 'Seven', produz há oito anos. Para a abertura da produtora, que fica localizada em Cacucaco, Kaop B, nas casas novas, investiu mais de 500 mil kwanzas. Apesar dos esforços e do investimento, pensa que, a dada altura, o empreendedor tem de recorrer aos empréstimos bancários para apetrechar o espaço, pois o conforto e a beleza do estúdio também cativam o cliente. A falta de documento para legalizar o negócio da produção musical é o maior empecilho para não arriscar num empréstimo.

Mensalmente, pode facturar até 120 mil kwanzas, "porque o rendimento é muito em função da projecção dos músicos".

Mensalmente, pode facturar-se até 120 mil kwanzas



100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

DE JURE

INSTRUMENTO CRIADO PELA IMPRENSA NACIONAL

Jurisnet facilita legislador

Assunção Barros,
PCA da Imprensa Nacional

Manuel Tomás ©VE

LEGISLAÇÃO. Empresa responsável pela publicação do Diário da República tem recebido, em alguns casos, diplomas com conteúdo legislativo que já tenha sido revogado ou que esteja em vigor. Para mitigar a situação, criou um instrumento de consulta.

Por António Miguel

A Imprensa Nacional criou uma plataforma virtual, denominada Jurisnet, para, entre outros, servir de ferramenta

de apoio à actividade legislativa, (principalmente do Governo e da Assembleia Nacional). A plataforma está disponível para os usuários, por via de uma subscrição e qualquer instituição pode aceder-lhe, permitindo consulta de leis de toda natureza (normas em vigor e revogadas, desde 1845 até aos tempos actuais).

Segundo o presidente do conselho de administração (PCA) da Imprensa Nacional, Assunção Barros, a criação deste instrumento foi, entre outros, motivada pelo facto de, em muitos casos, chegarem à instituição diplomas com conteúdo que já tenha sido revogado ou que esteja em vigor, além de outras incongruências.

“Conseguimos, por via de um processo muito longo e trabalhoso, mas muito útil, dar à volta a situação. São ferramentas importantes para o legislador, porque não se pode legislar uma matéria, que eventualmente já tenha sido tratada. Então, esta plataforma evita que haja repetições ou que, na aprovação de um diploma, não se faça referência a que diplomas ficam afectados em termos de revogação”, explica Barros Assunção.

Questionado se a empresa

MEMORIZE

● Na primeira série do Diário da República, são publicados actos legislativos e normativos dos departamentos ministeriais e da presidência da República. A segunda série dedica-se à publicação dos actos normativos do poder local, institutos e empresas públicas, enquanto, a terceira série trata essencialmente de publicar actos societários, como constituição de empresas e alteração dos pactos sociais.

5

Dias é o prazo legal para a Imprensa Nacional publicar a I série do Diário da República.

1845

A plataforma virtual Jurisnet compila legislação publicada desde essa data.

já mandou recuar diplomas do Governo, o presidente da Imprensa Nacional respondeu que “por uma questão de hierarquia, não

mandamos recuar um decreto presidencial. O que fazemos é que, na nossa apreciação do diploma, se encontramos uma incongruência ou alguma remissão, recomendamos à entidade que nos reenvie essa matéria, alertando que o documento tem estas incongruências e que têm de ser removidas”.

Assunção Barros avança que a publicação da segunda série do Diário da República passou, há dois anos, a ser obrigatória, por força da alteração da lei de formulário de edição do DR. Até 2014, esta série, que se dedica à publicação dos actos normativos do poder local, governos provinciais, institutos públicos e empresas públicas, tinha sido suspensa. A publicação, na verdade, não era obrigatória.

O PCA da ‘emissora’ do Diário da República explica que, com a alteração da Lei 7/14, as nomeações e exonerações de membros do Governo deixaram de ser publicadas na primeira série, passando para a segunda.

“As exonerações e nomeações tornavam muito pesada a primeira série. Esta alteração, também reforçou a obrigatoriedade das instituições do poder local de publicarem todos os actos emergentes da actividade, nas províncias e empresas públicas.”

As séries também não tinham prazos para a sua publicação, pelo que levavam até 60 dias, depois de os diplomas chegarem à Imprensa Nacional. Com a Lei/14, a empresa responsável pela publicação do Diário da República tem cinco dias para emitir a primeira série, dez para a segunda e 15 a 30 dias para a terceira série. “Agora, o grande desafio é procurar, nos termos daquilo que está previsto na lei, encurtar ainda mais os prazos”, assumiu Assunção Barros.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.

FALAR
CLARO

'RANKING' DA BRAND FINANCE

As marcas mais valiosas do mundo em 2017

DISTINÇÃO. Números do novo estudo da consultora internacional de marcas, Brand Finance, indicam que Google cresceu 24% em valor, destronando Apple que, no ano passado, aparecia em primeiro lugar. No grupo das 10 maiores marcas listadas no estudo, o Facebook teve o maior crescimento, passando da 17.^a para a 9.^a posição, tendo o valor da marca atingido 82%.

Por Redação

ICBC

Valor de marca: 36,3 mil milhões USD
Varição 2016/2017: +32%
Posição em 2016: 13

O banco estatal chinês ICBC é o maior e também o mais valioso do mundo. Apresentou resultados financeiros estáveis em 2016, com lucros líquidos superiores a mil milhões de yuans (cerca de 145 milhões de dólares). O banco está a ser atacado, no entanto, por suposta conduta imprópria e lavagem de dinheiro.

MICROSOFT

Valor de marca: 76,2 mil milhões USD
Varição 2016/2017: +13%
Posição em 2016: 4

Com o lançamento de novos produtos, a Microsoft está a tentar tirar clientes à Apple. A sua publicidade está cada vez mais parecida à da empresa de Cupertino, bem como os seus produtos. A Microsoft também adquiriu a LinkedIn, 26 mil milhões USD, em 2016, e lançou os óculos de realidade aumentada, Hololens.

AT&T

Valor de marca: 87 mil milhões USD
Varição 2016/2017: +45%
Posição em 2016: 6

AT&T esteve no centro de uma das maiores mudanças na história dos média nos últimos anos com a aquisição da Time Warner por 85 mil milhões de dólares. A empresa ultrapassou a Verizon como a marca de telecomunicações mais valiosa. Após a aquisição da DirecTV, em 2015, a empresa adotou uma abordagem monobrand.

APPLE

Valor de marca: 107 mil milhões USD
Varição 2016/2017: -27%
Posição em 2016: 1

Depois de cinco anos no topo, a Apple perdeu a sua coroa em 2017. A crescente concorrência da Samsung e marcas chinesas como a Huawei e a OnePlus, além de não gerar receitas significativas com os novos produtos como o Apple Watch, derrubaram o valor da marca da Apple, de acordo com o relatório da Brand Finance.

GOOGLE

Valor de marca: 109,4 mil milhões USD
Varição 2016/2017: +24%
Posição em 2016: 2

A última vez em que o Google esteve no topo do ranking das marcas mais valiosas do mundo foi há seis anos. A sua classificação nas marcas mais valiosas foi ajudada por um crescimento de 20% nas receitas publicitárias. A marca também melhorou quando se desfez da linha de smartphones, Nexus, em favor da monobrand.

**FACEBOOK**

Valor de marca: 61,9 mil milhões USD
Varição 2016/2017: +82%
Posição em 2016: 17

Em Abril, o CEO Mark Zuckerberg traçou o seu plano a 10 anos que iria concentrar a empresa em estudos sobre inteligência artificial e realidades virtual e aumentada. A receita da empresa de 'social media' cresceu 51%, em 2016, e não mostra sinais de parar em 2017.

SAMSUNG

Valor de marca: 66,2 mil milhões USD
Varição 2016/2017: +13%
Posição em 2016: 7

Apesar do escândalo com o Galaxy Note 7, a companhia sul-coreana subiu um lugar no 'ranking'. Recuperou rapidamente do escândalo, em termos financeiros, impulsionado pelo crescimento no negócio de chips tecnológicos. A empresa anunciou o seu novo Galaxy S8, que espera sinalizar um novo começo para a marca.

3. AMAZON

Valor de marca: 106,3 mil milhões USD
Varição 2016/2017: +53%
Posição em 2016: 3

O crescimento significativo da marca Amazon chegou para garantir um bom lugar no top 2017. Continua a ser uma força na remodelação do mercado retalhista e começou a mover-se para lojas físicas.

**WALMART**

Valor de marca: 62,2 mil milhões USD
Varição 2016/2017: +16%
Posição em 2016: 8

A Walmart superou as expectativas dos analistas de Wall Street, com receitas superiores a 133 mil milhões de dólares, impulsionadas pelo crescimento de 36% nas vendas de 'e-commerce'. Criou também um movimento para melhorar o bem-estar dos seus funcionários e começou a pagar-lhes mais no ano passado.

VERIZON

Valor de marca: 62,4 mil milhões USD
Varição 2016/2017: +4%
Posição em 2016: 5

A empresa fez alguns movimentos significativos para se preparar para o futuro e crescer com a aquisição da Yahoo, Video Startup Vessel, e da empresa de 'media' Complex.



Uma primavera falsa nas reuniões de primavera?



Carmen Reinhart

Professora de Sistema Financeiro Internacional na Universidade de Harvard



Vincent Reinhart

Economista chefe da Standish Mellon Asset Management



Todas as primaveras, os burocratas internacionais acorrem para Washington DC, tão certo quanto andorinhas para Capistrano, para as reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), onde partilham informações sobre as economias locais onde operam e respectivas perspectivas políticas. Porque estes oficiais vão a múltiplos eventos durante a semana, desenvolve-se uma câmara de eco a partir da qual emerge uma perspectiva genérica sobre o estado da economia global. A condução da política global é depois influenciada por essa percepção.

Desta vez, a percepção foi positiva. De acordo com o FMI, segundo o reportado no seu World Economic Outlook, o PIB real deve expandir cerca de 2% nas economias desenvolvidas este ano e o próximo. Isto coloca a taxa de desemprego em menos de 6%, o que não difere muito do nível de antes da crise financeira de 2008. A deflação, ou a indesejável desinflação, só é vista agora no espelho retrovisor, à medida que a inflação no preço ao consumidor se fixa à volta dos 2%, o objectivo da maioria dos bancos centrais.

Em economias com um histórico recente de controlo fiscal, como a Austrália, Canadá e Nova Zelândia, o sector privado tem estado a contrair crédito com demasiada facilidade.

No entanto, como qualquer residente de New England sabe, nem sempre as chuvas de Abril trazem flores de Maio; às vezes, só trazem mais chuva e mais frio. Não quero ‘chover na parada’ dos oficiais, mas receamos que estejam demasiado confortáveis com a estabilização das condições económicas. Debaixo dos números que fazem manchete, há pouca evidência de que os problemas subjacentes tenham sido resolvidos.

Não seria a primeira vez. O registo pós 1945 inclui duas anteriores “décadas perdidas” em que economias se

debateram para recuperar de severas crises financeiras – incluindo aí uma dúzia de países da América Latina de 1982 a 1992, e o Japão de 1992 a 2007 – que estiveram abaixo das suas próprias tendências de crescimento e das dos seus pares.

Por sombria que esta história pareça, o crescimento do PIB real per capita foi positivo em entre 60% a 75% desses anos, respectivamente, na América Latina e Japão. Na verdade, o PIB real per capita expandiu em mais de 2% em pelo menos um quarto desses anos. De modo que, esses países vislumbraram raios de sol no que se revelou ser, em retrospetiva, uma nuvem maioritariamente densa.

Junto do oficialismo, a aceleração da actividade económica pode fomentar esperanças, mas os níveis também são relevantes. Na Europa, o PIB real médio mal tem sido positivo desde a crise financeira, e o nível em 2016 foi cerca de 20% abaixo do previsto pela tendência dos dez anos até 2007. Esta posiciona-se como a recuperação mais lenta de uma crise financeira severa, em dois séculos. E

os dados agregados escondem uma multitude de problemas: a Grécia e a Itália, por exemplo, não vão recuperar o nível de PIB real per capita de antes da crise dentro do período das previsões do World Economic Outlook, que cobrem até 2022. Sim, as tendências de despesa pós-crise são um impedimento ao crescimento, em parte, devido à sua persistência. Mas, durante este período, a estagnação de crescimento no potencial de produtividade é central. De acordo com o FMI, o crescimento do PIB real potencial nas economias avançadas – considere esta como a tendência subjacente para o fornecimento agregado – caiu para metade neste século, de 2,71% em 2001 para níveis tão baixos quanto 1,28% recentes. O contexto é mais sombrio nos EUA, onde, de acordo com o Departamento Orçamental do Congresso a amplitude da oscilação, é o dobro, de cerca de 4% para 1,5%. Mas todas as economias do G7 partilham este fenómeno porque as suas populações envelhecidas e crescem mais devagar, retirando-se do mercado de trabalho e adicionando muito pouco rendimento

extra por hora adicional trabalhada. Se a produtividade ou o rendimento horário, vão continuar a arrastar-se é difícil prever. Mas dados são dados, e mostram claramente que o crescimento da produtividade vem sendo lento há algum tempo. O potencial de crescimento da produtividade não é apenas uma abstracção dos economistas. Se, como parece ser o caso, a receita expectável seguir um caminho descendente, vamos ter menos recursos para suprir as nossas necessidades. E sendo que temos consumido e contraído crédito em antecipação de receitas mais elevadas, vamos ficar decepcionados.

Há certamente margem para decepção nas economias avançadas, tendo em conta que a dívida pública bruta paira em torno dos 106% do PIB nominal e os défices fiscais prolongam-se para além do horizonte previsível. A matemática orçamental só dificulta, à medida que os bancos centrais normalizam a política monetária, mesmo que as taxas de juro não retornem completamente aos seus níveis pré-crise.

Em economias com um histórico recente de controlo fiscal, como a Austrália, Canadá e Nova Zelândia, o sector privado tem estado a contrair crédito com demasiada facilidade. Em tempos difíceis, os erros do sector privado tornam-se frequentemente obrigações do sector público. A mecânica do governo representativo funciona melhor quando é usada para partilhar um bolo económico em crescimento.

Por exemplo, quando a economia americana tinha 4% de tendência de crescimento, esperava-se que o PIB real duplicasse em 18 anos, o que dava conforto aos pais acerca do futuro económico dos seus filhos. À actual tendência de 1,5%, o período necessário para duplicação do PIB chega a 48 anos, o que sombreia as perspectivas económicas até dos netos. Nessas circunstâncias será que os governantes vão tomar as decisões difíceis necessárias para passar do estado de estabilização económica para o de recuperação sustentável?

Internacional

CONGRESSISTAS DOS EUA SUBSTITUEM 'OBAMACARE'

Donald Trump celebra revogação do programa de saúde de Barack Obama

LEI. Com 217 votos a favor e 213 contra, Donald Trump celebrou aprovação do projecto-lei da reforma da saúde, que vai substituir Obamacare. A aprovação do novo diploma vai seguir para o senado.

Por Redacção

O

Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, celebrou a “morte” do Obamacare, o programa de

cuidados de saúde universal instituído por Barack Obama, depois de a maioria republicana na Câmara dos Representantes ter aprovado um projecto-lei para “revogar e substituir” a legislação em vigor.

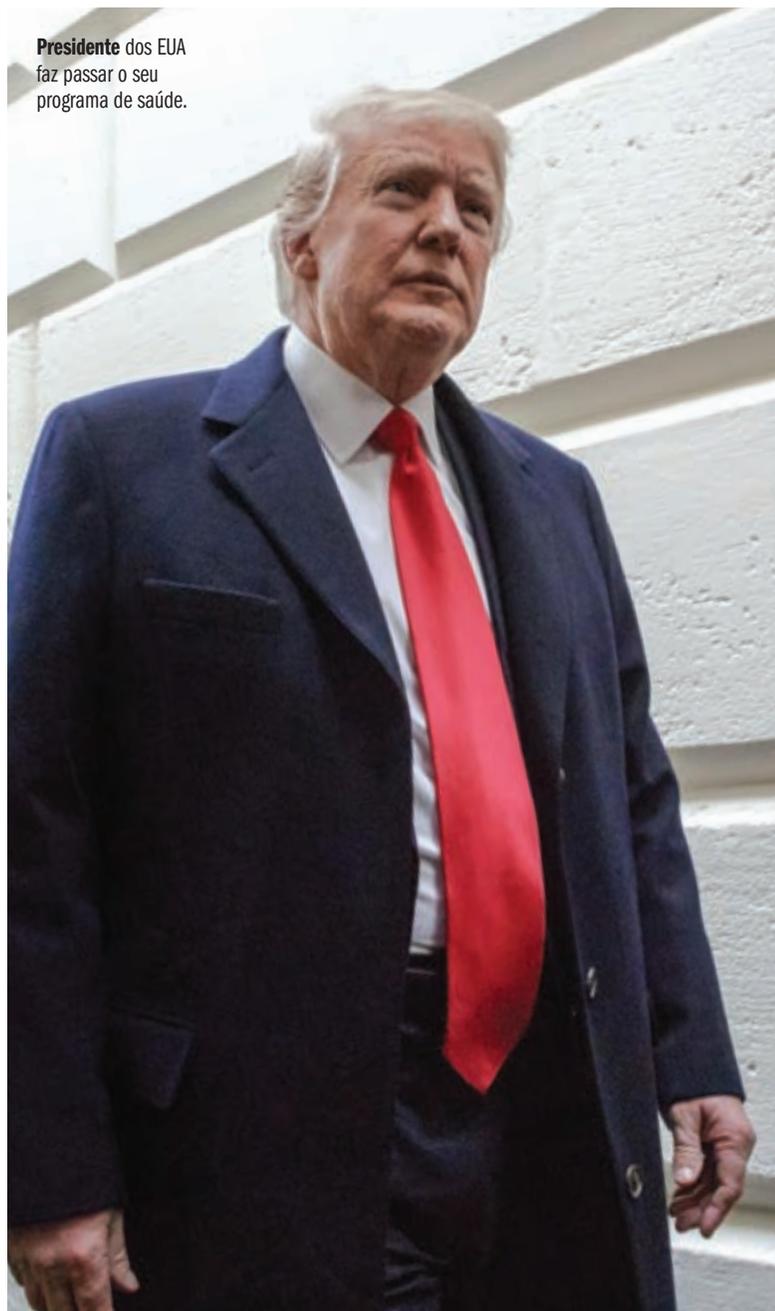
Com 217 votos a favor e 213 contra, a “luz verde” à reforma da saúde representa a primeira grande vitória legislativa de Trump desde que chegou a presidência, no final de Janeiro.

O projecto-lei vai seguir para o senado, onde alguns legisladores do Partido Republicano já indicam que vão pôr de parte o programa e redigir uma nova proposta legislativa para alterar o sistema de saúde americano.

Esta é a segunda vez que os republicanos tentam fazer aprovar uma alternativa ao Obamacare. Em Março, os conservadores tentaram e falharam, naquela que foi considerada a primeira grande derrota de Donald Trump enquanto Presidente norte-americano. Se o projecto-lei for aprovado no Senado, os diferentes estados terão maior autonomia para decidirem o que deve ou não ser abrangido pelo pacote mínimo de seguros do Obamacare.

Os democratas e alguns republicanos mais moderados dizem que a Lei Americana de Cuidados de Saúde (ACA) vai deixar milhões de norte-americanos sem seguro de saúde. No total são 24 milhões de americanos, número avançado oficialmente pela comissão independente orçamental do Congresso em Março, antes da primeira versão ser abortada.

Contra as centenas de manifestantes e figuras conhecidas do país, os republicanos brindaram a aprovação do novo projecto-lei, que foi sujeito a muitas alterações para agradar tanto aos republicanos moderados e conservadores.



Presidente dos EUA faz passar o seu programa de saúde.

24

Milhões de americanos vão ficar sem seguro de saúde com a aprovação do projecto-lei no senado.

217

Número de votos a favor do novo projecto-lei

MEMORIZE

● O Obamacare é um programa legislativo de reforma na Saúde implementado por Obama em Março de 2010, nos EUA. O programa entrou em vigor a partir de Janeiro de 2014, para garantir que todos os norte-americanos tenham acesso a um seguro de saúde.

Para os democratas e apoiantes do legado de Barack Obama, não há razões para ‘brindes’, já que, sob o novo projeto-lei, os mais pobres vão deixar de ter acesso a cuidados de saúde comparticipados, os mais ricos vão gozar de reduções de impostos e os que já sofrem de doenças ou problemas médicos “pré-existentes” vão deixar de ter cobertura médica.

A líder da minoria democrata na Câmara, Nancy Pelosi declarou que a aprovação é uma medida para fortalecer os mais ricos. “Esta lei é uma das maiores transferências de riqueza da classe média para as pessoas e empresas mais ricas da América. É uma lei sobre impostos, não sobre o sistema de saúde”, afirmou.

Quem também não está a favor

da “morte” do Obamacare são as principais associações de médicos e de hospitais dos EUA e associações sem fins lucrativos. A União Americana de Liberdades Civis (ACLU) acusou a Câmara de com a aprovação lançar um ataque contra a saúde das mulheres, pessoas portadoras de deficiências e contra as pessoas portadoras de doenças pré-existentes.

UMA EMPRESA chinesa está a obrigar os funcionários a assistir diariamente ao telejornal, sob pena de cortar nos salários, noticiou o jornal "South China Morning Post".



A DECISÃO britânica de deixar a União Europeia é uma "tragédia" para a qual a Europa também contribuiu, considerou o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker.



BRASIL

Aprovada polémica reforma das pensões

A comissão especial que a Câmara de Deputados do Brasil criou para debater a polémica reforma ao regime de pensões aprovou, na primeira votação, a reforma das pensões.

A aprovação foi considerada uma primeira vitória para o presidente do Brasil, Michel Temer. A votação teve direito a confrontos físicos dentro do próprio parlamento. O texto de base da proposta de lei, que estabelece como idade mínima para a reforma os 62 anos para as mulheres e 65 para os homens, foi aprovado por 23 votos a favor e 14 contra, dos membros da comissão especial.

A comissão ainda tem de analisar algumas emendas, que podem resultar em várias alterações, antes de a proposta ser enviada para a Câmara de Deputados, que terá de a aprovar por maioria. Depois, a reforma passa a ser debatida no Senado.

A actual legislação brasileira estabelece que as mulheres podem reformar-se com 30 anos de descontos e os homens com 35, sem definir um limite de idade, o que faz com que seja possível a alguns beneficiarem do sistema de protecção social com apenas 50 anos. No entanto, a proposta apresentada pelo Governo de Temer além de exigir a idade condiciona o benefício ao trabalhador que realize descontos para o sistema de segurança social durante pelo menos 25 anos.

CHINA

Primeiro avião fabricado no país fez voo de estreia

O C919, o primeiro avião de passageiros fabricado na China, fez o seu primeiro voo inaugural. A realização deste voo representa a concretização de uma tentativa da China de criar um grande

aparelho de aviação civil desde os anos de 1970.

Problemas relacionados com a produção atrasaram o voo de teste pelo menos duas vezes desde 2014. Esse facto faz da China o quarto produtor de aviões a jacto, depois dos Estados Unidos, Europa e Rússia.

O bimotor da Corporação de Aviação Comercial da China (CACC) tem capacidade para 168

passageiros e uma autonomia de voo de cerca de 5000 quilómetros e foi concebido para vir a competir com os Airbus 320 e os Boeing 737. O país pretende entrar no mercado da aviação comercial, mas ainda está longe de apresentar concorrência ao Airbus ou Boeing.

A CACC já recebeu 570 encomendas do aparelho, 90% das quais do mercado interno. Até

agora foram produzidos apenas dois aparelhos para voos de testes e, em 2019, devem ser produzidos mais quatro.

Depois, o C919 terá ainda de passar nos testes para obter a certificação para poder voar no espaço aéreo chinês, estando também em processo para ser certificado pelos reguladores norte-americanos e europeu.

NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Volkswagem cresce 40%

O grupo Volkswagen anunciou lucros operacionais de 4,3 mil milhões de euros no primeiro trimestre de 2017, o que significa mais 40% relativamente ao mesmo período de 2016.

Estes resultados devem-se essencialmente à política de contenção de despesas, iniciada na sequência da crise do 'Dieselgate' e são considerados um alívio importante para cobrir os 22,6 mil milhões de euros que o grupo deverá despende com as compensações.

Matthias Mueller, presidente do conselho de administração do grupo Volkswagen, declarou em comunicado que "os esfor-

ços para melhorar a eficiência e a produtividade em todas as áreas da empresa estão a compensar".

No mesmo documento, Frank Witter, também representante do grupo, afirma que "estes resultados trimestrais representam os primeiros resultados tangíveis da disciplina de gastos da Volkswagen" no seguimento do escândalo 'Dieselgate'.

Além da disciplina no que respeita a despesas, o grupo declara que estes resultados estão relacionados também com factores que tem que ver com o volume e mix das vendas, bem como com taxas de câmbio positivas e optimizações do custo dos produtos.

O objectivo da Volkswagen a longo prazo é o de alcançar os 4% de margem de lucro até 2020 e os 6% até 2025, a partir dos 1,8% conseguidos no ano passado.



PETRÓLEO AFRICANO

Lançado centro de estudos

O governo moçambicano lançou um Centro de Excelência em África em Estudos de Engenharia e Tecnologias de Petróleo e Gás (CS-OGET), que visa essencialmente efectuar e produzir investigação científica na área de petróleo e gás.

Orçado em cerca de 6 milhões de dólares desembolsados pelo Banco Mundial (BM) para produzir resultados nos próximos cinco anos, o CS-OGET deverá ser instalado na Faculdade de Engenharia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

No ano passado, os governos africanos aprovaram na capital queniana, Nairobi, os Centros de Excelência, em resposta à necessidade

de dar oportunidades de formação pós-graduação a jovens africanos em áreas como saúde, educação, agricultura, tecnologias de informação e comunicação, bem como nas áreas integradas de ciência, tecnologia, energia e matemática.

Discursando na cerimónia de lançamento, o ministro moçambicano da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, Jorge Nhambiu, exigiu que o Centro produza uma investigação aplicada para contribuir na resolução dos problemas reais que a indústria emergente dos hidrocarbonetos enfrenta.

Nhambiu disse acreditar que a instituição irá conquistar e beneficiar da visibilidade académica, bem como científica, transportando aquele país africano para um novo patamar que poderá orgulhar os moçambicanos.

Ambiente

NO ÁRTICO

Aceleração de degelo pode custar triliões de dólares

DERRETIMENTO. Degelo permanente do subsolo congelado provocou deslizamentos de terra. Estudo exorta governos a cortar emissões de gases de efeito estufa.

A

aceleração do degelo do Ártico está a derreter o subsolo congelado sob edifícios e estradas da Sibéria

ao Alasca, elevando os níveis dos mares globais e alterando os padrões de temperatura mais ao sul, revelou um estudo internacional na semana passada.

O facto de a região gelada estar a tornar-se mais quente e húmida, o que resulta no derretimento do gelo ao seu redor, pode, segundo o relatório, custar triliões de dólares à economia mundial neste século.

O estudo de 90 cientistas,

incluindo especialistas dos Estados Unidos, exortou governos com interesse no Ártico a cortar as emissões de gases de efeito estufa.

“O Ártico está a aquecer mais rápido do que qualquer outra região da Terra, e a tornar-se num meio ambiente mais quente, húmido e variável rapidamente”, de acordo com o relatório, que actualiza descobertas científicas de 2011.

“As emissões crescentes de gases de efeito estufa (resultantes) de actividades humanas são a principal causa subjacente”, escreveram no estudo encomendado pelo Conselho do Ártico, composto por Estados Unidos, Rússia, Canadá, Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia e Islândia.

MEMORIZE

● **As emissões de gases de efeito estufa são a principal causa subjacente, segundo o estudo encomendado pelos Estados Unidos, Rússia, Canadá, Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia e Islândia.**

90

triliões de dólares: valor que pode custar, entre 2010 e 2100, o degelo do Oceano Ártico.



O gelo marítimo pode desaparecer durante os verões até à década de 2030.

O degelo do Ártico pode ter custos líquidos cumulativos entre sete triliões e 90 triliões de dólares entre 2010 e 2100, e os danos irão exceder os benefícios, como um acesso mais fácil à exploração de petróleo e gás e ao comércio marítimo, diz o documento.

O período 2011-2015 foi o mais quente desde que os registos começaram a ser feitos em 1900. Segundo o estudo, o gelo marítimo no Oceano Ártico, que encolheu a seu menor índice em 2012, pode desaparecer durante os verões até à década de 2030, mais cedo do que muitas projecções anteriores indicavam.

“O Ártico continua a derreter e vai mais rápido do que se esperava

em 2011”, disse Lars-Otto Reiersen, director do Programa de Monitoramento e Avaliação do Ártico (Amap, na sigla em inglês), que preparou o relatório, à Reuters.

Entre os sinais de perigo, o derretimento permanente do subsolo congelado provocou mais deslizamentos de terra no campo de gás russo de Bovanenkovo, na Sibéria. Um calor raro e enchentes de primavera interditaram a estrada que leva aos campos de petróleo de North Slope, no Alasca, durante três semanas em 2015.

A elevação das temperaturas está a ameaçar a subsistência de caçadores indígenas e a afinar o gelo marítimo, vital para espécies selvagens como ursos polares e focas.

CERCA DE 100% DA ENERGIA CONSUMIDA É ‘VERDE’

Moçambique é o país do mundo mais amigo do ambiente



O estudo, que envolveu 102 países, não apresenta dados sobre Angola.

SUSTENTABILIDADE. País tem menor impacto mundial. ‘Ranking’ foi publicado na semana passada. Etiópia está na segunda posição.

Moçambique é um país onde 99,87% da energia consumida é ‘verde’ e as emissões de dióxido de carbono (CO₂) rondam as 0,1 toneladas por pessoa, com uma reposição de 0,07 árvores abatidas. O ‘ranking’, divulgado pela

consultora britânica Money Supermaket, apresenta Moçambique como o país mais limpo na utilização de energia, numa lista onde se destacam também as boas classificações da Etiópia, Zâmbia e Lituânia, e na qual Portugal aparece em 72.º.

Pelo contrário, a lista dos mais poluidores é liderada por Trindade e Tobago, Estados Unidos da América e Sri Lanka.

Educação & Tecnologia

NA SEMANA PASSADA, ACCÇÕES DA APPLE CAÍRAM 2,1%

Comercialização do iPhone apresentam queda inesperada

CONSUMO. Consumidores podem estar à espera da edição de 10.º aniversário do produto mais importante da companhia. Mesmo com a queda, Apple facturou com os smartphones.

A

Apple anunciou, na passada semana, uma queda inesperada nas vendas do iPhone no segundo trimestre fiscal e

indicou que os consumidores podem ter segurado as compras à espera do lançamento da edição do 10.º aniversário do mais importante produto da empresa.

A companhia vendeu 50,76 milhões de aparelhos no seu segundo trimestre fiscal encerrado a 1 de Abril, diante de 51,19 milhões de unidades um ano antes.

Analistas, em média, esperavam que as vendas do aparelho somassem 52,27 milhões de unidades, segundo a empresa de análise de dados FactSet.

Entretanto, apesar da queda das unidades vendidas, a Apple conseguiu facturar mais 1,2% com os smartphones, segundo a companhia, devido ao aumento médio dos preços.

As acções da Apple exibiam queda



Cor vermelha dos aparelhos é parte do programa de combate à AIDS e ao VIH em África.

de 2,1% após o fecho dos mercados.

A versão de aniversário de 10 anos do iPhone pode trazer recursos como carregamento sem fio de bateria, reconhecimento facial 3D e tela curva.

LUCROS E DIVIDENDOS

Sob a pressão dos accionistas para entregar mais do seu tesouro escondido de 250 bilhões de dólares em dinheiro e investimentos, a Apple anunciou a elevação do seu pro-

grama de retorno de capital em 50 bilhões de dólares, a ampliação da autorização para recompra de acções em 35 bilhões de dólares e o aumento do dividendo trimestral em 10,5%.

MEMORIZE

● Segundo a Thomson Reuters, a Apple previu receita total de entre 43,5 bilhões e 45,5 bilhões de dólares para o actual trimestre, enquanto analistas esperam 45,6 bilhões de dólares.

52,27

Milhões: número de unidades que se esperavam que as vendas do aparelho somassem.

A empresa previu receita total de entre 43,5 bilhões e 45,5 bilhões de dólares para o actual trimestre, enquanto analistas, em média, esperam 45,6 bilhões de dólares, segundo a Thomson Reuters.

No segundo trimestre fiscal, a Apple teve lucro líquido de 11,03 bilhões de dólares, ou 2,10 dólares por acção, ante 10,52 bilhões de dólares, ou 1,90 dólares, um ano antes. Analistas, em média, esperavam lucro de 2,02 dólares por papel.

INICIATIVA DE UMA EMPRESA PORTUGUESA

Smartphone terá cobertura feita de cortiça



Cortiça na capa e nos componentes internos poderá ser reutilizada.

A

partir de Setembro, os smartphones de cortiça vão passar a contar com uma produção feita em Portugal, o país de origem da marca IKI Mobile. O KF5Bless é o topo de gama da empresa e é o primeiro smartphone feito com materiais naturais, mais

especificamente feitos com cortiça. Tanto a capa traseira como alguns componentes internos são feitos deste material e, mais tarde, quando o equipamento passar para o processo de reciclagem, a cortiça poderá ser utilizada para outros fins.

O KF5Bless Cork Edition não foi feito para ser o mais elegante, até porque ainda tem uma espessura generosa e um peso considerável. No entanto, é um smartphone

que não consegue passar despercebido seja onde for. Mas não é só a aparência que conta e, no interior, o KF5 não está nada mal equipado.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Este é um equipamento dual SIM (dois cartões) e com uma memória interna de 32 GB que pode ser aumentada através de um cartão de memória. Para dar conta de diversas aplicações,

vem equipado com um processador MediaTek de 1.3 GHz e com uma RAM de 3GB. A construção feita de metal e cortiça não passa despercebida e garante uma maior resistência ao equipamento

A capa traseira não é removível e é inteiramente feita de cortiça, o que lhe proporciona um toque agradável e uma maior resistência a quedas.

O preço do equipamento poderá rondar os 315 dólares.

Marcas & Estilos

Impacto visual

A Sparkle Table está de volta com mais brilho do que antes, com a beleza prismática dos produtos da John Foster. Esta mesa de 'cocktail' de duas camadas é construída com cristais elegantemente cortados e que reflectem a luz arco-íris colorida à noite, criando um impressionante impacto visual.

Escolhas duráveis

As sandálias da Stella McCartney estão entre as que lhe podem garantir conforto. Melhor do que isso, as fivelas são ajustáveis, as palmilhas feitas de couro e a sua durabilidade 'esconde-se' na sola de borracha.

Fidelidade sonora

Existem muitas razões pelas quais o LS50 é um dos alto-falantes da KEF. O dispositivo projecta um cenário sonoro hiper-realista com os seus 'drivers' Uni-Q personalizados, capazes de reproduzir fielmente a música como a gravação original.

Camuflagens

As 'T-shirts' de Jersey costumam ser 'sui generis'. Esta, em algodão e de manga curta, apresenta-se com um padrão de camuflagem em tons de bronzeado, verde e cinza e um logótipo impresso em branco na parte traseira. A sua costura tonal já se fez marca.

Experiências únicas

Feita por uma ordem especial, esta pasta bicolor da Hermes é verdadeiramente de um tipo único. É a oportunidade perfeita para colecionadores e compradores experientes e para quem queira ser dona de uma peça incrível e que nunca mais será vista novamente no mercado.

Exemplo de história

Este exemplar é extremamente raro, pois é banhado em ouro amarelo de 18 quilates. Mesmo velho, este Rolex está em muito bom estado e com sinais mínimos de envelhecimento. A pulseira é ligeiramente esticada de desgaste, o que se espera de um relógio que, para além do tempo, é capaz de contar a sua história.

TURISMO

Aventuras que valem a pena

O Parque Nacional da Quiçama é um dos locais mais atractivos para se visitar em Angola. Está a pouco mais de uma hora de Luanda. É um espaço onde é possível avistar girafas, zebras, elefantes, impalas, veados, gnus, avestruzes e tantos outros encantos da fauna e flora locais. Os visitantes podem deliciar-se com as iguarias dos restaurantes, que apresentam pratos típicos. A diversão pode começar com um passeio de barco pelo Rio Kwanza. Ou visitar o Embondeiro, a árvore mais representativa no país. As atracções tornam o seu esforço bastante compensador e recomendável. Há relatos de que o parque é resultado de uma operação 'Arca de Noé', em que muitos animais selvagens foram trazidos de outros lugares de África para darem vida a essa linda reserva.



AUTOMÓVEL

Com a eficiência de sempre

O Kia Optima 2017 mantém o bom conjunto de qualidades. Quando foi apresentado no Salão do Automóvel de Nova Iorque, o modelo foi verdadeiramente chamativo ao declarar uma série de mudanças e um posicionamento muito mais interessante para o mercado.

Sem exageros grandiosos, o Kia Optima 2017 oferece uma boa motorização, mais do que suficiente para o seu tamanho. As opções são duas:

quatro cilindros 2.4, capaz de oferecer até 185 cavalos de potência, ou um 2.0 turbo.

Mais potente, o 2.0 turbo é capaz de entregar generosos 247 cavalos de potência, o que torna o modelo bastante ágil. Fala-se, ainda, no 1.6 igual ao utilizado pela versão 1.6 do Sonata, da prima coreana. Este bloco menor utilizaria um sistema de câmbio de sete velocidades, tornando-o bastante eficiente.



AGENDA

LUANDA 8 DE MAIO

Palestra 'A visão holística sobre a vida e obra de Vitex' com Francisco Van-Dunem 'Van', no Centro Cultural Português. Às 18h:30. Entradas grátis.

13 DE MAIO

Executive Show com Lipsia, no Executive Lounge. A partir das 22 horas. Ingressos a partir de 5.000 kwanzas.

13 DE MAIO

Edição especial do 'House Project' no Elinga Teatro com os djs, Ricardo e Paulo Alves, Leandro Silva, Gilson Figueiredo entre outros. A partir das 15 horas.

13 DE MAIO

2.ª Edição do "Ideias em Acção", no auditório do Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTec), no Talatona. A partir das 8 horas.

26 DE MAIO

Mais música com Kizua Gourgel, no pátio da Rádio Mais. Às 20 horas.

“ Por ser uma das artes mais caras Ezequiel Pedro defende que o cinema, para não permanecer dependente de patrocínios, precisa de políticas de protecção para salvaguardar o seu desenvolvimento. ”

EZEQUIEL PEDRO, REALIZADOR

“O cinema não tem pessoas sensíveis, capazes de aceitar projectos”

CINEMATOGRAFIA. Há 30 anos no cinema, e com mais de 10 filmes e documentários realizados, Ezequiel Pedro confessa não ser fácil filmar em Angola. A “falta de sensibilidade e o desprazimento pela arte” são os principais motivos. Apesar disso, consegue superar as dificuldades. E prepara a estreia do documentário ‘Histórias do Deserto’.

Por Lúcia de Almeida

Aos 50 anos, Ezequiel Pedro tem a sua vida dedicada à realização de documentários. A paixão pelo cinema começou cedo. Com 20 anos, por iniciativa do Instituto Angolano de Cinema, o autor do ‘Comboio da Canhoca’ partiu para Cuba onde se formou em Produção de Cinema e de Televisão. Ao regressar a Angola vê o sonho de realizar filmes quase que destruído, pois o Laboratório de Cinema acabava de ser exterminado.

Foi então que passou a ver a ficção como uma “ilusão”, o que o ‘forçou’ a trabalhar na realização de documentários. “Enveredei no documentário porque a ficção é uma utopia, ninguém dá dinheiro para produzir um filme em Angola. Mas se aparecer um estrangeiro a produzir um filme, no país, vai surgir dinheiro até em fundos próprios”, justifica o realizador.

Quadro do cinema angolano, Ezequiel Pedro afirma que, outrora, havia mais oportunidades de gravação e produção de filmes. “Hoje não conseguimos produzir um documentário por ano. Por falta de sensibilidade e por não se conseguir pôr as pessoas certas nos lugares certos, como resultado existe um certo desprazimento”, confessa.

O cineasta recorda que, ao tempo do partido único, o cinema tinha sempre um orçamento. E os projectos eram aprovados e financiados de dois em dois anos. Ezequiel Pedro lamenta o facto de isso não acontecer nos dias de hoje. E culpa o Instituto Nacional de Cinema e o Ministério da Cultura por terem dificuldades de aprovar um projecto cinematográfico.

Apesar de acreditar no profissionalismo dos colegas, o realizador reconhece que o cinema feito



Manuel Tomás © VE

PERFIL

Ezequiel João Sebastião Pedro é formado em Cinema e Televisão pela Escola Internacional de Cine e Televisão de San António de los Baños, em Cuba. Actualmente, trabalha como realizador de documentários na Televisão Pública de Angola. É coordenador do curso de cinema, rádio e tv da Escola Nacional de Formação Artística (DINFA), em Luanda. Também é membro do novo cine latino-americano e integrante da rede internacional Laureate. Representou Angola na produção e realização do maior filme de África, intitulado ‘Caravana’.

40

Dias, período previsto de gravação do documentário ‘Histórias do Deserto’

em Angola ainda é muito ‘arrojado’, “não tem pessoas sensíveis e capazes de aceitar projectos. O cinema requer dinheiro e, se não há dinheiro, não há filmes com qualidade”.

Por ser uma das artes mais caras Ezequiel Pedro defende que, para não permanecer dependente de patrocínios, se criem políticas de protecção para salvaguardar o seu desenvolvimento. Por outro lado, tem esperanças que as próximas gerações de criadores “vão encontrar um local limpo e bem iluminado”.

NAMIBE EM DOCUMENTÁRIO

A proposta do documentário ‘Histórias do Deserto’ surgiu com o objectivo de retratar, de forma cinematográfica, as potencialidades da província do Namibe. Em causa está o turismo, agricultura, a beleza do deserto e do mar, entre outras riquezas que a terra da Welwitschia Mirabilis oferece.

Com o apoio do Ministério de Hotelaria e Turismo e do governo do Namibe, a realização do documentário ‘Histórias do Deserto’, ficou avaliada em 258 mil dólares e a sua finalização está prevista para Julho deste ano.

O seriado segue numa das fases mais ‘perigosas’ da sua realização, a pré-produção. Toda a equipa envolvida no projecto está na ‘luta’

Filmografia

O comboio da Canhoca
Quem faz correr Quim
Caravana
O grito I
O grito II
O grito III
Sabor a mim
Os Kamussekele
Os Himbas
Os Autóctones do sul de Angola
Okavango – Zambeze

O cineasta recorda que, ao tempo do partido único, o cinema tinha sempre um orçamento. E os projectos eram aprovados e financiados de dois em dois anos.

da selecção de locações e de todas as áreas que possam dar garantias de que o Namibe é um potencial em todas as vertentes, não só do ponto de vista do deserto e do mar. Segundo o realizador Ezequiel Pedro, as gravações terão a duração de 40 dias, e vão poder contar com sugestões do público a fim de se tornar o conteúdo do documentário “mais enriquecido”.

NÚMEROS DA SEMANA

49,15

Dólares é em quanto fechou, na última sexta-feira, o preço do barril do petróleo (Brent), transaccionado em Londres, para entrega em Julho.

19,5

Milhões, é o valor do investimento que a empresa ACS-Angola Comunicações e Sistemas deverá aplicar na construção de um pólo tecnológico de telecomunicações, no país.

48%

Valor da queda das receitas diamantíferas, arrecadadas no mês de Março, face ao período homólogo, segundo dados oficiais.

450

Habitacões sociais, do tipo T3, começam a ser construídas este ano na sede comunal de Xangongo, município de Ombadja, província do Cunene, no quadro do programa de requalificação urbana das cidades e municípios.

FINANÇAS PÚBLICAS

Reservas internacionais caem 8%

As reversas internacionais líquidas (RIL) caíram 8%, no final de Março, para 19.202 milhões de dólares, quase um mês depois de terem ascendido a 20.889 milhões de dólares, de acordo com informações do Banco Nacional de Angola (BNA), citadas pela Lusa.

As reservas perderam em Janeiro mais de mil milhões de dólares, tendo recuperado metade desse valor em Fevereiro, quedando novamente em

Março. Na mesma altura, o BNA aumentou a venda de divisas (euros) à banca nacional, que está sem acesso a dólares, face à suspensão das ligações com correspondentes bancários internacionais.

No final de 2015, as RIL necessárias, por exemplo, à importação de alimentos, matéria-prima e maquinaria, ascendiam a 24.266 milhões de dólares. Angola vive, desde finais de 2014, uma crise financeira, econó-

mica e cambial, decorrente da quebra para metade nas receitas com a exportação de petróleo. O Governo prevê alterar a legislação cambial e do sistema bancário, para regular o movimento de moeda externa, impondo nomeadamente limitações ao acesso de divisas a não-residentes cambiais. O BNA tem vindo a aumentar a injeção de moeda estrangeira no mercado cambial primário, a um ritmo superior a 1.000 milhões de euros por mês.

As reservas actuais garantem o equivalente a mais de meio ano de importações de alimentos, bens e equipamentos, tendo em conta as necessidades, numa altura de forte contenção na disponibilização de divisas aos bancos. As reservas contabilizadas pelo BNA são constituídas com base em disponibilidades e aplicações sobre não-residentes, bem como obrigações de curto prazo.



EM MALANJE

Pedra Brilhante explora diamantes

A sociedade Pedra Brilhante foi autorizada pelo Governo a explorar diamantes em Malanje. Segundo um despacho do Ministério da Geologia e Minas, a sociedade mineira deve apenas realizar a exploração semi-industrial, no município de Quela, numa área de 95 quilómetros quadrados.

Ainda de acordo com o documento, publicado no Diário da República, os direitos mineiros aprovados tem uma duração de cinco anos, prorrogáveis por período de igual duração, sendo que a sociedade deverá, num período de 12 meses, apresentar ao Estado um relatório, espelhando os custos e valores glo-

bal do investimento. Caso contrário, perde o direito de explorar diamantes em terras da palanca negra gigante.

A concessão de direito mineiro a favor da sociedade Pedra Brilhante, segundo uma fonte do Ministério



da Geologia e Minas, enquadra-se na 'reforma' que se vem efectuando, que prevê a legalização da actividade semi-industrial e artesanal, combatendo, desde modo, o fenómeno 'garimpo de diamantes'. Apesar do vasto potencial, os diamantes em Malanje são explorados apenas em dimensões semi-industrial e artesanal.

O Governo prevê, para este ano, uma redução de 9% das receitas provenientes da produção de diamantes para 980,4 milhões de dólares, contra os 1.079 milhões de dólares registados, em 2016.

António Miguel



EM VIANA

Armazém da Shoprite em chamas

Um incêndio de grandes proporções deixou destruído, quase na sua totalidade, um centro logístico da Shoprite, localizado, em Viana, em Luanda, constatou o VALOR, no local.

Segundo relatos de testemunhas, o incêndio terá deflagrado por volta das 22 horas de quinta-feira, tendo sido mais tarde controlado por efectivos do corpo nacional de bombeiros que, no entanto, terão somente extinguido as chamas, na totalidade, na madrugada de sexta-feira.

Até o fecho desta edição, as causas do incêndio não tinham sido divulgadas pelo serviço de bombeiros, assim como não foi avançada qualquer informação sobre os danos materiais causados ou sobre se houve vítimas humanas. Esta é a segunda vez, em três anos, que um empreendimento da Shoprite incendeia, em Luanda, sendo que o primeiro caso ocorreu, em 2014, na unidade instalada no bairro Palanca, entretanto, já reestruturada.

O VALOR ESTA SEMANA

SERVIÇOS MÉDICOS EM PORTUGAL Bancários barrados

Os funcionários bancários angolanos que recebiam assistência médica em Portugal, por via dos Serviços de Assistência Médico Social (SAMS), encontram-se actualmente desprovidos do serviço por falta de pagamentos, há cerca de um ano. A medida, no entanto, não abrange funcionários do BNA, já que o órgão tem as contas regularizadas. **Pág. 10**

PÓLO DA CAÁLA Industriais perdem terreno

Pelo menos 55 investidores poderão perder o direito de superfície, no Pólo de Desenvolvimento Industrial da Caála (PDIC), por falta de implementação de actividade empresarial no local, mais de dois anos depois de terem adquiridos os espaços. Actualmente, apenas sete fábricas foram instaladas, desde 2010, ano oficial da abertura do projecto industrial. **Pág. 9**



SECTOR DAS ÁGUAS Estado quer novo crédito

O Governo está a negociar com o Banco Mundial a aprovação de um novo financiamento, estimado em 500 milhões de dólares, para concluir o Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA). O projecto já consumiu 177 milhões de dólares, no entanto, foi executado em apenas 41%. **Pág. 8**